

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS  
ESCOLA SUPERIOR DE ARTES E TURISMO  
CURSO DE TURISMO**

**ANNE KAROLYNE FIALHO FERREIRA**

**TURISMO EM COMUNIDADES INDÍGENAS: UM ESTUDO SOBRE AS  
EXPERIÊNCIAS NA REGIÃO DO BAIXO RIO NEGRO-AM.**

**MANAUS-AM  
2018**

ANNE KAROLYNE FIALHO FERREIRA

**TURISMO EM COMUNIDADES INDÍGENAS: UM ESTUDO SOBRE AS  
EXPERIÊNCIAS NA REGIÃO DO BAIXO RIO NEGRO – AM.**

Trabalho de Conclusão de Curso como requisito para obtenção do título de Bacharel em Turismo do Curso de Turismo da Escola de Artes e Turismo-ESAT da Universidade do Estado do Amazonas-UEA.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Jocilene Gomes da Cruz

MANAUS-AM  
2018

**ANNE KAROLYNE FIALHO FERREIRA**

**TURISMO EM COMUNIDADES INDÍGENAS: UM ESTUDO SOBRE AS  
EXPERIÊNCIAS NA REGIÃO DO BAIXO RIO NEGRO – AM.**

Aprovado em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ /2018

---

Jocilene Gomes da Cruz, Dra.

Orientadora

---

Membro da Banca Examinadora

Glaubécia Teixeira da Silva, Dra.

---

Priscila Deane Alves de Souza, MSc.

Membro da Banca Examinadora

## DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha mãe, Maria Alves da Gama, por todo apoio, amor e confiança, sempre me ajudando e lutando para que eu conquistasse meus sonhos.

Dedico também ao Pedro, por esta sempre ao lado, comemorando comigo minhas vitórias. E a todos meus amigos pelo apoio.

## AGRADECIMENTOS

Durante todo esse trajeto tive a oportunidade de conhecer e ter pessoas incríveis ao meu lado que me apoiaram, incentivaram e hoje dividem comigo a alegria de concluir essa etapa tão importante da minha vida.

Quero agradecer a Deus, em primeiro lugar, pois ele sempre esteve me guiando e me mostrando o caminho certo, me ensinando que nem tudo que eu queria era o melhor para mim, me proporcionando coisas incríveis.

Quero agradecer a minha mãe, Maria Alves da Gama, lhe dizer que absolutamente todas minhas conquistas são fruto do seu amor, dedicação e confiança. Obrigada por ser a melhor mãe de todo universo e por tudo que fizeste por mim, sem você nada disso seria possível.

Agradeço ao Pedro Wesen Soeiro, por ter sido meu suporte, meu porto seguro e de calma, obrigada por não ter deixado eu desistir do meu sonho, por sempre acreditar em mim e me falar que eu iria conseguir. Você é parte desse trajeto incrível.

Agradeço aos meus melhores amigos da vida e a minha família, mesmo com a distância vocês sempre estiveram do meu lado, e me apoiaram e comemorando minhas vitórias.

Agradeço a professora Jocilene Gomes, minha orientadora, amiga, segunda mãe, que no começo da faculdade aceitou trilhar comigo essa vida incrível que a pesquisa proporciona. Obrigada por acreditar em mim e nunca ter desistido, graças a você eu me tornei um ser humano melhor, me sinto completa na área que você me ensinou a amar tanto.

Agradeço aos docentes do curso de turismo da UEA, vocês são incríveis e me expiram com tanto amor ao turismo. Agradeço em especial a professora Karla Maia, que muitas vezes me confortou e é um exemplo incrível de ser humano. Professora Susy Simonetti que fez parte de todo meu crescimento me apoiando, me

proporcionando oportunidades incríveis e sempre me ajudando dentro e fora da UEA. Professor Rafael que com seu jeito de irmão mais velho, sempre me incentivou, me ajudou e me alegrou.

Agradeço a turma de turismo de 2015, embora não tenhamos sido a mais unida passamos momentos incríveis juntos e que sempre e serão lembrados.

Quero agradecer em especial ao meu “grupinho” Pedro, Jorge, Thais, Jessica, Bianca e Carol, foram tantas idas e vindas durante esses 3 anos e meio, mas no final permanecemos unidos, foram dias de alegria e choros, de estresse e amor, sempre apoiando uns aos outros e hoje conquistando essa vitória incrível juntos. Parabéns para todos.

Agradeço a todos que fazem parte desse trajeto de forma direta ou indireta, as pessoas que conheci nessa caminhada, as que foram e as que vão ficar na minha vida. Obrigada por todo apoio, sem todos eu não seria a pessoa que sou hoje e nem teria chegado até aqui.

*“Os povos da Amazônia são hoje, os mais ricos depositários dos valores que irão nortear a reorganização popular futura do ocidente. O nosso engajamento pela sobrevivência desses povos é fundamental para o futuro esperançoso da humanidade” (Schwade, 1992).*

## RESUMO

A presente pesquisa visou analisar os trabalhos científicos e técnicos nos quais são abordadas as experiências dos povos indígenas com o turismo, particularmente na região do Baixo Rio Negro nos anos de 2012 até 2017. Os estudos sobre as atividades turísticas realizadas pelos povos indígenas são de extrema importância para entender como eles vem se articulando mediante as mudanças e dificuldades que os cercam. A importância dos dados como produções científicas bem como informações oferecidas pelos órgãos públicos responsáveis pelo turismo é fundamental para entender como essas experiências vem ocorrendo pautando-se em pesquisa bibliográfica e documental buscou-se, identificar as comunidades Indígenas envolvidas com o Turismo no Baixo Rio Negro-AM e conhecer as redes e os agentes sociais (indígenas e não indígenas) que se articulam direta e indiretamente com as experiências de Turismo realizado nas comunidades Indígenas. A pesquisa se caracterizou como qualitativa que segundo Richardson (1999, p.90) visa uma “compreensão detalhada dos significados e características situacionais, em lugar da produção de medidas quantitativas de características ou comportamentos”, seguindo os métodos bibliográficos e documentais, os resultados da pesquisa foram obtidos por meio trabalhos científicos (teses e dissertações), revistas, matérias de jornais, sites entre outros. Os resultados da pesquisa evidenciam que ainda são poucos os trabalhos sobre essa temática, fato que se justifica por ser algo que foi identificado a partir da década de 1990. Contudo, os trabalhos encontrados são fundamentais pois abordam a territorialidade dessas experiências bem como o artesanato sendo uma alternativa de renda e fortalecimento cultural para esses indígenas que estão envolvidos com o turismo e se encontram na região do Baixo Rio Negro- AM.

**Palavras-chave:** Povos Indígenas; Turismo; Baixo Rio Negro;

## ABSTRACT

The present research aimed to analyse the scientific and technical work which addressed the experiences of indigenous peoples with the tourism, particularly in the lower Rio Negro in 2012 until 2017. Studies on tourist activities carried out by indigenous peoples are of the utmost importance to understand how they have been articulating through the changes and difficulties that surround it. The importance of data as scientific productions as well as information provided by public agencies responsible for tourism is fundamental to understanding how these experiences have taken place focusing in documentary and bibliographical research sought to , identify indigenous communities involved with tourism in the lower Rio Negro-AM and meet the networks and social agents (indigenous and non-indigenous) working directly or indirectly with Tourism experiences carried out in indigenous communities. The research was characterized as qualitative which according to Richardson (1999, p. 90) seeks a "detailed understanding of the meanings and situational characteristics, instead of producing quantitative measures of characteristics or behaviors", following the bibliographic and documentary methods, the results of this research were obtained through scientific papers (theses and dissertations), magazines, newspapers, Web sites and more. The survey results show that still there are few works on this subject, which is justified because it is something that has been identified from the Decade of 1990. However, the work found are key because the territoriality approach of these experiences as well as the craft being an alternative income and cultural empowerment for those Indians who are involved with tourism and are in the region of the lower Rio Negro-AM.

**Keywords:** indigenous people; Tourism; Lower Rio Negro;

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Site do IPÊ: página inicial- descubra o IPÊ.....	42
Figura 2 – Blog.portalseind: divulgação dos projetos.....	53

**Lista de Tabelas**

Tabela 1 – Produções Levantadas.....	55-56
--------------------------------------	-------

## **LISTA DE SIGLAS**

Amazonastur – Empresa Estadual de Turismo

FAS – Fundação Amazônia Sustentável

FEI – Fundação Estadual do Índio

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPÊ – Instituto de Pesquisas Ecológicas

Mtur – Ministério do Turismo

PNGATI – Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas

Roteiro Tucorin – Roteiro de Turismo Comunitário no Rio Negro

SEIND – Secretaria de Estado para os Povos Indígenas

SEMA – Secretaria de Estado do Meio Ambiente

SEMMAS – Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>1. PERCURSOS METODOLÓGICOS</b> .....	16
<b>2.O TURISMO E OS POVOS INDÍGENAS</b> .....	19
<b>2.1 A SEGMENTAÇÃO DO TURISMO</b> .....	21
<b>2.1.1 ECOTURISMO</b> .....	23
<b>2.1.2 TURISMO ÉTNICO</b> .....	27
<b>3. A HISTÓRIA DO TURISMO NAS TERRAS E COMUNIDADES INDÍGENAS NO BRASIL</b> .....	30
<b>3.1 CONTEXTO HISTÓRICO: AS PRIMEIRAS ATIVIDADES E SEUS OS IMPACTOS</b> .....	31
<b>3.2 AS EXPERIÊNCIAS DE TURISMO NA REGIÃO DO BAIXO RIO NEGRO</b> .....	37
<b>3.3 MAPEAMENTO DAS PESQUISAS SOBRE O TURISMO EM COMUNIDADES INDÍGENAS NO BAIXO RIO NEGRO</b> .....	50
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	60
<b>REFERENCIAS</b> .....	62

## INTRODUÇÃO

O rio Negro é o maior afluente do rio Amazonas e segundo maior em volume de água, é fonte de renda, transporte e sobrevivência de muitas pessoas no estado do Amazonas. Possui três subdivisões, a saber: o Baixo Rio Negro abrangendo os municípios de Manaus, Iranduba, Manacapuru e Novo Airão com uma rica biodiversidade e incluída no Corredor Central da Amazônia, além de ser composta por um mosaico de áreas protegidas de diferentes categorias de manejo (IPE,2013); o Médio Rio Negro compreendendo o município de Barcelos onde se destaca o Turismo de pesca; e o Alto Rio Negro onde estão localizados os municípios de Santa Isabel e São Gabriel da Cachoeira, sendo os municípios mais distantes do estado do Amazonas (IBGE, 2010)

Atualmente as regiões do Médio e Alto Rio Negro compreendem um total de 90% da população indígena e, a maior parte dessas regiões, são constituídas por terras indígenas sendo elas homologadas<sup>1</sup> ou não. O município de São Gabriel da Cachoeira se destaca por ter 23 etnias indígenas, sendo o município com maior diversidade linguística do Brasil (IBGE, 2010).

A região do rio Negro possui a maior concentração de comunidades indígenas, que segundo Silva 2008, são constituídas por povos que saíram de suas terras tradicionalmente milenares e se fixaram em outras localidades, muitas vezes próximas a cidades e mesmo dentro delas, que adotaram o turismo como alternativa de renda, são inúmeras comunidades, habitadas por mais de 30 povos e tantas outras populações tradicionais (OLIVEIRA, 2013).

Contudo em vários casos essas atividades ocorrem nessas regiões e com esses povos sem anuência dos mesmos, acarretando impactos negativos.

Destaca-se que atualmente, está cada vez mais difícil para os povos indígenas conseguir viver apenas de suas práticas tradicionais como pesca e plantações, isso por conta de conflitos vividos em suas terras como: desmatamentos, invasões de garimpeiros empresários entre outros, devido esses problemas muitas famílias indígenas saem de seus territórios e vem para Manaus ou para municípios mais próximos da capital em busca de melhorias de vida.

---

<sup>1</sup> Terras indígenas homologadas: Terras que possuem os seus limites materializados e georreferenciados, cuja demarcação administrativa foi homologada por decreto Presidencial.

Vale destacar que atualmente o Turismo não vem sendo visto apenas como fonte de renda para os indígenas, mas também como uma forma de lutar por seus direitos, assim como visando o fortalecimento de sua cultura e identidade, uma vez que por meio dessa atividade, eles podem se fortalecer e ganhar reconhecimento, além do apoio que muitas instituições não governamentais propõem.

A região do Baixo Rio Negro é emblemática por suas especificidades ambientais e culturais, atualmente chama a atenção por essa forte mobilização das comunidades indígenas em prol de alternativas econômicas, sendo o Turismo eleito para alcançar tais propósitos. A presente pesquisa tem como objetivo não apenas fazer um levantamento das comunidades e terras indígenas envolvidas com o turismo, mas principalmente identificar como essa atividade vem sendo realizada, sabendo que o turismo pode trazer impactos positivos e negativos para esses povos.

Portanto, nesse trabalho foi feita a análise das segmentações de turismo mais utilizadas para definir essas atividades turísticas realizadas em Terras e Comunidades Indígenas sendo elas: Ecoturismo e turismo étnico, de modo a contextualizar as discussões e as práticas realizadas na região do Baixo Rio Negro, identificando as terras e comunidades indígenas envolvidas com o turismo nessa região, conhecendo as redes e os agentes sociais (indígenas e não indígenas) que se articulam direta e indiretamente com as experiências de Turismo realizado nessas comunidades e terras indígenas e assim possibilitar, maior compreensão sobre como essas atividades estão acontecendo, particularmente nessa região, destacando quais são os seus impactos positivos e negativos e a atuação da AMAZONASTUR nesse contexto.

A motivação em realizar a pesquisa também se deu pelo desejo de evidenciar o protagonismo dos povos indígenas em torno de atividades que possam viabilizar renda, promover a cultura e empreender novas dinâmicas sociais no contexto atual, a exemplo do Turismo. Bem como evidenciar a importância das pesquisas realizadas sobre essas regiões para se entender o momento atual que os povos indígenas estão vivendo e como estão se articulando mediante dificuldades e novidades sobre o Turismo.

O presente estudo foi realizado tendo como aporte metodológico a pesquisa bibliográfica e documental, procedendo-se, inicialmente a um levantamento em livros, revistas, periódicos, dissertações, teses, relatórios e outros, com a delimitação de tempo do ano de 2013 até o ano de 2018. Em seguida foi realizado entrevistas

com alguns pesquisadores, estudiosos dessa área, bem como com representantes das instituições que direta ou indiretamente relacionam-se com a temática de estudo.

## 1. PERCURSOS METODOLÓGICOS

Em virtude dos propósitos da pesquisa, adotou-se a abordagem qualitativa, a qual segundo Richardson (1999, p. 90) visa uma “compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas, em lugar da produção de medidas quantitativas de características ou comportamento”.

Gerhardt e Silveira (2009, p.32) explicam que os pesquisadores que utilizam os métodos qualitativos buscam explicar o porquê das coisas, destacando o que convém ser feito, mas não quantificam os valores e as trocas simbólicas nem se submetem à prova de fatos, pois os dados analisados são não-métricos (suscitados e de interação) e se valem de diferentes abordagens.

Para Minayo (1994, p. 21) a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares, “se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado”. Minayo (2001 apud Gerhardt e Silveira 2009) explica que a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Neste trabalho os dados foram obtidos por meio de Pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica foi utilizada no primeiro momento da pesquisa tendo como base do assunto artigos e livros de autores que já trabalham essa temática. A Pesquisa bibliográfica, de acordo com Abreu (2008, p. 13), são aquelas “elaboradas a partir de material já publicado, constituído principalmente por livros, artigos periódicos e, atualmente, de material disponibilizado na internet”.

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém, pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta. (FONSECA, 2002, p. 32 apud Gerhardt e Silveira 2009, p.37)

No decorrer da coleta de dados foi utilizada a pesquisa documental que segundo Gil (2008, p. 45) se caracteriza pela pesquisa “[...] de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa”, assim o campo de fontes torna-se maior e mais variado, uma vez que pode ser utilizado jornais, cartas, gravações, fotografias entre outros.

No que diz respeito à pesquisa documental, destaca-se as observações de Cellard (2008, p. 295) para o qual ela permite “acrescentar a dimensão do tempo à compreensão do social, pode-se operar um corte longitudinal que favorece a observação do processo de maturação ou de evolução dos grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas etc.”

Ainda, de acordo com Cellard (2008, p. 296) caracteriza-se como documento “tudo o que é vestígio do passado, tudo o que serve de testemunho, é considerado como documento ou fonte”. Por esse prisma é de suma importância considerar as fotos, registros em cartório, memorandos, gravações e todos documentos que possam contar sobre a temática de estudo.

Ressalta-se que a análise documental indica problemas que devem ser melhor explorados por meio de outros mecanismos, contudo, na “primeira” análise há um rigor na observância dos documentos selecionados com o intuito de extrair dele informações essenciais ao que foi posto como objeto de estudo. Trata-se de tipo de pesquisa que pressupõe o uso de técnicas apropriadas para seu manuseio e análise; segue etapas e procedimentos; organiza informações a serem categorizadas e posteriormente analisadas; elabora sínteses, ou seja, na realidade, as ações dos investigadores – cujos objetos são documentos – estão impregnadas de aspectos metodológicos, técnicos e analíticos (CAIO & SIMÕES, 2008, p. 148).

Estas foram as conduções metodológicas adotadas para a coleta de dados referente as atividades turísticas realizadas nas Comunidades Indígenas localizadas na região do Baixo Rio Negro. Nesse processo foram feitas consultas especificamente nos arquivos do órgão indigenista do estado do Amazonas, a Fundação do Índio do Amazonas (FEI); na Fundação Nacional do Índio (FUNAI); Secretaria de Estado para Povos Indígenas (SEIND); Nos documentos publicados pela empresa estadual de Turismo (AMAZONASTUR), e por demais instituições governamentais e não governamentais que atuam com o turismo na região do rio Negro.

Também foi feito levantamento em artigos, documentários, livros, dissertações, teses e livros dos anos de 2012 até 2017, principalmente no banco de dados dos programas de pós-graduação da Universidade Federal do Amazonas (UFAM); e Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), referentes a essa temática, alguns artigos da pesquisa também são de âmbito nacional, no qual buscou-se artigos em revistas nacionais de turismo.

De modo a fazer uma delimitação para melhor sistematização dos dados, elegeu-se o período de 2012 a 2017. Vale destacar que em 2012 foi criada a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas que foi o primeiro documento a evidenciar de forma legal as atividades de turismo em terras e comunidades indígenas no Brasil.

## 2 O TURISMO E OS POVOS INDÍGENAS

Nesse capítulo são feitas algumas reflexões a respeito da segmentação do turismo, que é uma forma de organização e definição dos vários produtos ofertados pelo turismo, auxiliando de melhor forma como trabalhar com a procura por vários produtos diferentes levando em consideração o crescimento constante de novas ofertas, nessas definições o capítulo destaca duas segmentações, que não categorizam as atividades turísticas desenvolvidas em terras e comunidades indígenas com o protagonismo dos povos indígenas, mas sim que melhor explicam como ocorrem em suas diversas formas.

O capítulo também aborda a conceituação de ecoturismo e turismo étnico, que são os segmentos que melhor representam as atividades turísticas realizadas nas comunidades e terras indígenas. Além de trazer uma breve reflexão sobre turismo comunitário, como forma de gestão que é utilizado por algumas comunidades indígenas.

Antes de adentrar nas segmentações é importante compreender a relação do turismo com os povos indígenas afinal essa atividade econômica está cada vez mais presente na vida desses povos, que veem a mesma como uma atividade de renda sustentável na qual podem também conseguir visibilidade para as lutas pelos seus direitos e para promoção e valorização de suas culturas.

Compreender o turismo também é necessário para que no decorrer do trabalho possa ficar claro como se articula os povos indígenas em relação ao turismo, entendendo suas práticas e táticas para oferecer o produto turístico, o qual é sua própria história de vida e cultura.

O turismo é um fenômeno socioeconômico que cresce a cada ano e se expande por todo mundo impactando a economia e a sociedade. Segundo o Ministério do Turismo (2015) o turismo é uma atividade do viajante que visita uma localidade fora do seu entorno habitual, compreendendo o período de mais de 24 horas e inferior a 1 ano, onde os motivos pela viagem não são a trabalho ou moradia.

O turismo é uma atividade que promove geração de renda e que pode ser trabalhado de forma sustentável, quando bem planejado ele permite que toda uma comunidade se beneficie trazendo melhorias, não apenas para quem trabalha com o turismo como também para o local no qual ele é trabalhado. Nessa perspectiva,

destaca-se que os povos indígenas atualmente trabalham com o turismo apresentando sua cultura como produto turístico, e por meio dessa troca cultural além de uma fonte de renda, os mesmos conseguem reconhecimento e valorização e essa é uma das maneiras que os ajudam a manter sua cultura.

Ferreira e Cruz (2017) evidenciaram que o turismo na comunidade Sahu-Apé é percebida por seu integrantes como uma atividade em que todos podem trabalhar, sem que com isso, percam as características da sua cultura, pois estes entendem que o turismo fortalece algumas de suas práticas culturais, a exemplo das atividades realizadas nas apresentações para os turistas, a saber: as danças, as músicas, os rituais, dentre outros.

## 2.1 A segmentação do turismo

Para melhor entendimento sobre segmentação do turismo é necessário entender seu conceito e sua relação com o turismo. A partir do conceito de segmentação entende-se, o porquê do uso da mesma, e a importância de apresentar algumas segmentações do turismo nesse capítulo. A segmentação do turismo é usada para orientar como deve ocorrer as práticas das atividades turísticas.

A segmentação é entendida como uma forma de organizar o turismo para fins de planejamento, gestão e mercado. Os segmentos turísticos podem ser estabelecidos a partir dos elementos de identidade da oferta e também das características e variáveis da demanda. (Mtur, 2015, p.3)

A segmentação do turismo é utilizada como uma ferramenta para organizar e definir as várias ofertas que o turismo proporciona, adequando-se às novidades que surgem ao longo do tempo, com a incessante busca por novas experiências dentro do turismo. A segmentação é utilizada para definir e encaixar, uma melhor forma de trabalhar o real potencial de um lugar ou produto, servindo de auxílio e base para quem pretende trabalhar com o turismo, sabendo assim estruturar e ofertar seu produto turístico.

Quando se fala de turismo com povos indígenas há duas segmentações que se destacam, sendo elas; ecoturismo e turismo étnico, também conhecido como Etnoturismo. Essas são as segmentações que abrangem as atividades mais desenvolvidas pelos povos indígenas com relação ao turismo.

Verifica-se que os povos indígenas são protagonistas nas atividades turísticas vendo-as como uma fonte de renda sustentável, com isso o atual protagonismo dos povos indígenas com o turismo também faz dessa atividade uma forma de luta e visibilidade. Por Meio do turismo muitas comunidades conseguem não apenas uma fonte de renda, mas também, fazem com que sua cultura e tradições sejam mantidos e passado para outras gerações, mesmo que os indígenas estejam inseridos em um contexto urbano. Pelas apresentações e explicações sobre cultura eles também ganham visibilidade e reconhecimento usando desses ganhos para se fortalecer enquanto indígenas e em suas lutas por seus direitos de demarcação das suas terras.

Contudo, ainda que essa atuação indígena no turismo esteja crescendo, um dos impasses nessa atividade é a atuação de agentes externos na condução dessas atividades em território indígena, que muitas vezes alimentam a visão estereotipada sobre povos indígenas, nessas situações o turismo causa vários impactos negativos que modificam a forma de vida dos povos indígenas, pois vendem práticas que não fazem parte do cotidiano desses povos.

Oliveira (2016) destaca a visão antiga e estereotipada que se tem sobre povos indígenas, ainda que 500 anos tenham se passado da colonização, ainda há o pensamento de que os povos indígenas continuam igual aos da época da colonização. É de extrema importância entender que toda cultura é dinâmica, e muito modificou-se e os povos indígenas também, os mesmos também passaram e passam por reelaborações culturais que os permitem terem novas formas de viver, bem como de se adaptar as mudanças que influenciam no seu modo de vida, e ainda, que ocorrendo mudanças eles, não perdem sua cultura, tradições ou costumes, ou seja, continuam sendo povos indígenas.

Logo, é necessário entender as diversas formas que o turismo vem ocorrendo nas terras e comunidades indígenas, levando em consideração as características culturais de cada povo, e também, a forma como essa atividade foi apresentada para os indígenas, entendendo que isso implicará na forma como se articulam para a realização dessas práticas.

Independente da maneira como os povos indígenas realizam o turismo sua relação com o ecoturismo sempre será muito próxima, pois buscam a preservação dos recursos naturais e culturais.

### 2.1.1 Ecoturismo

É seguindo a tendência mundial de conservação do meio ambiente que surgiu na década de 1970, que o ecoturismo é introduzido no Brasil, essa segmentação surgiu advindo de estudos que trazem pela primeira vez, os impactos negativos causados ao meio ambiente pelas inúmeras atividades produzidas com recursos naturais. Esse conceito teve sua origem na década de 1980, quando surgiu como uma proposta de turismo que iria conservar a natureza, além de aproximar o homem do meio ambiente.

No Brasil esse segmento foi trabalhado pela primeira vez em 1985 pelo Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR) com o projeto de turismo ecológico criado dois anos depois a Comissão Técnica Nacional constituída juntamente com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), contudo foi somente com a Rio 92<sup>2</sup> que esse segmento ganhou visibilidade e impulsionou esse mercado.

Em 1994, com a publicação das Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo pela EMBRATUR e Ministério do Meio Ambiente, o “turismo ecológico” também conhecido como ecoturismo, foi conceituado como:

O turismo desenvolvido em localidades com potencial ecológico, de forma conservacionista, procurando conciliar a exploração turística com o meio ambiente, harmonizando as ações com a natureza, bem como oferecer aos turistas um contato íntimo com os recursos naturais e culturais da região, buscando a formação de uma consciência ecológica. Embratur/Ibama, 1994,

Hetzer (1965 apud Silva 2008) identifica quatro questões a serem seguidas para se pensar o ecoturismo sendo: impacto ambiental mínimo; impacto mínimo a culturas anfitriãs; máximo benefício econômico para as comunidades anfitriãs; e satisfação recreacional máxima para os turistas participantes. Essas questões embasam os conceitos de ecoturismo, contudo ainda é uma atividade que gera controvérsias a começar pelas várias definições que possui.

---

<sup>2</sup> **RIO 92:** Foi a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, em junho de 1992. Reuniu mais de 100 chefes de Estado para debater formas de desenvolvimento sustentável, um conceito relativamente novo à época.

Segundo o Instituto de Ecoturismo do Brasil (1996) o ecoturismo pode ser entendido como a prática de turismo de esporte, lazer ou educacional que utilize a área natural de forma sustentável, promovendo a conservação dos patrimônios culturais e naturais, além da consciência ambiental e os benefícios gerados para as comunidades envolvidas.

O Ministério do Turismo (2015, p. 11) “reconhece que o ecoturismo tem liderado a introdução de práticas sustentáveis no setor turístico”. Entretanto é importante ressaltar que há uma diferença entre o Ecoturismo e o Turismo Sustentável. Sobre essas diferenças, a Organização Mundial de Turismo (OMT) e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) definem que o Ecoturismo é um segmento do turismo, enquanto os princípios que se almejam para o Turismo Sustentável são aplicáveis e devem servir de premissa a todos os tipos de turismo em quaisquer destinos.

Os conceitos de modo geral, têm em comum a conservação ambiental, uso sustentável dos recursos e benefício as populações que estão envolvidas com esse turismo de forma direta ou indireta. Contudo Silva (2008) destaca que esses conceitos ainda são de difícil interpretação quando se trata de ecoturismo com povos indígenas, destacando três pontos importantes para essas práticas em território indígena sendo elas: o que seria o contato mínimo com a natureza? como se caracteriza a sustentabilidade e pra quem ela se aplicaria? e o que é considerado o bem estar das populações envolvidas?.

A hipótese de que o turismo apresenta-se como uma ótima forma de sustentabilidade econômica para as comunidades indígenas carece de um aprofundamento nas investigações em cada caso específico, visando uma qualificação temporal que demonstre realmente ser uma opção benéfica, haja vista que este trabalho condiciona tal proposição. (SILVA, 2008, p.128)

A questão do Turismo com povos indígenas ainda gera muito debate uma vez que muitos pesquisadores e órgãos veem pontos negativos nessa prática, contudo, o Turismo é dito por alguns autores como uma prática sustentável para esses povos desde que realizem o turismo sustentável, conceituado pela Organização Mundial do Turismo (OMT).

## Conforme a referida Organização

Turismo Sustentável é o que relaciona as necessidades dos turistas e das regiões receptoras, protegendo e fortalecendo oportunidades para o futuro contempla a gestão dos recursos econômicos, sociais e necessidades estéticas, mantendo a integridade cultural, os processos ecológicos essenciais, a diversidade biológica e os sistemas de suporte à vida (OMT,1999, p.5).

Em 1997 o Ministério do Meio Ambiente lançou o Manual Indígena, com uma linguagem bem simples e ilustrações que destacam o turismo com povos indígenas e como deve ser realizado. Com ênfase para o Ecoturismo o indígena Tacapi (1997, p.28) destaca porque os povos indígenas trabalham com o ecoturismo.

Porque é o jeito dos índios ganharem um pouco de dinheiro. A borracha, o artesanato, a farinha e outros produtos que o índio vende, não dão prá comprar todas as coisas de que ele precisa. O ecoturismo é uma maneira de ganha dinheiro sem ter que derrubar mato prá vender madeira, mexer em garimpo e outras coisas que destroem a natureza. (TACAPI, 1997, p.28).

Nelson e Pereira (2004 apud Simonetti, 2017) destacam o ecoturismo como uma ferramenta estratégica, que contribui para o turismo sustentável e também para o desenvolvimento sustentável, contudo é preciso entender que essa atividade surge como uma alternativa sustentável, porém esta não é a solução de problemas com preservação e conservação, além da melhoria de vida dessas populações.

Faria (2005) realizou um estudo de suma importância evidenciando as experiências e as potencialidades encontradas no estado do Amazonas.

No Pólo de Ecoturismo do Estado do Amazonas os municípios que têm potencialidade para o ecoturismo indígena são: São Gabriel da Cachoeira, denominado como o município mais indígena do Amazonas com 95% da população indígena, Santa Izabel do Rio Negro e Barcelos e Presidente Figueiredo. (FARIA, 2005, p.66)

A referida autora destaca ainda que esses municípios sejam apontados com potencialidades para o ecoturismo com povos indígenas, nenhum estudo foi feito com os mesmo para saber como eles veem essas práticas. No Amazonas muitas comunidades indígenas já trabalham com o ecoturismo de forma a manter a conservação dos seus recursos culturais e naturais, além de terem essa atividade

como uma alternativa de renda. Contudo concorda-se com Faria (2005), certamente há a necessidade de estudos sistematizados sobre as experiências das aldeias e comunidades indígenas com o turismo.

### **2.1.2 Turismo Étnico ou Enoturismo**

O turismo étnico tem se destacado como uma das segmentações do turismo que está em crescimento, isso se deve a maior procura por experiências diretas com grupos étnicos, logo esse processo vem resultando também num maior protagonismo e desenvolvimento de atividades turísticas em comunidades com grupos étnicos.

Segundo Ministério do Turismo,

O Turismo Étnico constitui-se das atividades turísticas decorrentes da vivência de experiências autênticas em contatos diretos com os modos de vida e a identidade de grupos étnicos. Busca-se estabelecer um contato próximo com a comunidade anfitriã, participar de suas atividades tradicionais, observar e aprender sobre suas expressões culturais, estilos de vida e costumes singulares. (MTur, 2015, p.17)

Assim participam desses grupos étnicos indígenas, quilombolas, comunidades representativas das imigrações europeias e asiáticas e demais grupos que valorizam seu legado étnico no seu modo de vida e cultura. Segundo Cardoso (2006, p.146) “o turismo étnico poderia ser considerado uma segmentação do turismo cultural com definição que relaciona as ideias de etnicidade”.

Os produtos culturais étnicos podem ser variados; obras arquitetônicas; festividades; idiomas e/ou expressões; trajes típicos; grupo artístico de música e dança; gastronomia; tradições orais; religiosidade; literatura e tantos outros que facultam exprimir significância cultural para aquele povo e/ou demarcar suas fronteiras (étnicas/culturais) demonstrando sua presença. (CARDOSO, 2006, p.144).

O turismo étnico tem permitido a muitos povos reafirmar suas características culturais, podendo por meio dessas atividades e práticas se fortalecer diante da sociedade que muitas vezes exclui essas populações. No que tange, especificamente, a realização do ecoturismo indígena alguns princípios devem ser observados e respeitados.

O Ministério do Meio Ambiente (MMA,1997) apresenta alguns princípios, sendo eles:

A tradição cultural do indígena deve prevalecer sobre os interesses do ecoturismo; O ecoturismo deverá levar em conta o grau de contato da comunidade indígena; A comunidade deve participar de todo o processo do ecoturismo em suas terras; Cabe à comunidade a gestão do ecoturismo em suas terras; O ecoturismo deve gerar recursos econômicos para melhorar a qualidade de vida da comunidade indígena; O uso sustentável dos recursos naturais deve ser praticado; Ecoturismo deve ser uma atividade complementar e de apoio às atividades tradicionais e a outros projetos da comunidade indígena. (MMM, 1997, apud Silva, 2008, p. 56)

Muitas comunidades no Baixo Rio Negro, tem utilizado o turismo étnico não apenas para obter uma fonte de renda, tendo em vista as dificuldades que os mesmos passam, mas também é praticando essas atividades que eles se fortalecem sua língua, rituais, pinturas e muitos outros elementos que constituem suas características étnicas.

Segundo Chamers (2000, p.100 Apud Cardoso, 2006 p. 145) o turismo tem auxiliado grupos de minorias a construir suas representações culturais não compatíveis com a ideologia nacional: “existem ocasiões em que minorias étnicas têm manejado o uso do turismo para afirmar sua identidade própria e diferenciá-la da imagem nacional”.

Ainda que nos últimos anos povos indígenas tenham começado a trabalhar com o turismo étnico o tema ainda é relativamente novo como segmentação. É somente a partir de 1997 com a publicação do Manual Indígena do Ecoturismo, que o Enoturismo começa a ser discutido, destacando que, segundo Silva (2008), é na década de 1990 que as comunidades começam a ser ‘usadas’ para diversas atividades entre elas o turismo.

No início, muitas vezes, essas atividades turísticas não aconteciam com o consentimento dos povos indígenas trazendo impactos negativos as comunidades, que eram exploradas e não recebiam nada em troca. Contudo os mesmos começaram a ver no turismo uma forma de obter renda, passando então a serem protagonistas dessas atividades.

Grunewald (2003) ressalta que frente a globalização os grupos étnicos que trabalham com o turismo podem se posicionar melhor, pois por meio dessas atividades os mesmos podem se apresentar para o mundo, utilizando dessas práticas formas de luta, reconhecimento e valorização cultural desses povos étnicos.

Atualmente o turismo étnico é o mais utilizado para definir as atividades turísticas desenvolvidas por indígenas, pois os mesmos oferecem um contato com sua cultura de que os turistas possam vivenciar e conhecer algumas de suas características culturais como: danças tradicionais ou rituais, culinária entre outras características que são apresentadas aos visitantes.

É importante destacar, ainda que muitas comunidades indígenas trabalhem o turismo étnico, a forma de gestão dessas comunidades varia de acordo com a situação vivida, pois em algumas comunidades essas atividades são feitas pelos indígenas outras acontecem com o auxílio de agentes externos, que variam entre associações não governamentais, guias de turismo e agências. O turismo pode ocorrer sem a participação dos indígenas a exemplo da aldeia Barra Vermelha, localizada na Bahia, que antes de começarem a trabalhar com o turismo, tinham suas terras visitadas de forma não planejada e sem sua permissão. E essas atividades podem ocorrer também por meio do planejamento e protagonismo indígena, que caracteriza também o modelo de gestão comunitário, onde os próprios indígenas planejam as atividades, criam sua rede de divulgação, regras e métodos de trabalho, a exemplo da comunidade Sahu-Apé, localizada em Manacapuro-AM, que os próprios moradores da comunidades( indígenas da etnia Sateré Maué) criaram um método para trabalhar com turismo, sem a participação de instituições, trabalhando com o turismo a mais de 10 anos de forma independente.

Muitos trabalhos veem sendo produzidos a respeito do turismo étnico, destacando esse segmento como uma saída utilizada pelos povos indígenas, não apenas para enfrentar as dificuldades de se manterem economicamente, como também de se fortalecerem culturalmente e de lutar pelos seus direitos.

Conforme o Ministério do Turismo (2004, p. 17) o Etnoturismo em muitas ocasiões pode ocorrer como uma busca pela própria origem do turista, isto é, em um retorno às tradições passadas. Seria o equivalente a realizar uma atividade experiencial sem a presença de um intermediador uma vez que este se desenvolve em um ambiente peculiar. Mas sabe-se que nem sempre pode ocorrer dessa forma, principalmente quando esse tipo de atividade está sendo desenvolvido em um

território indígena, pois para os povos indígenas que decidem realizar atividades turísticas em suas comunidades, os aspectos conceituais são muito específicos e ultrapassam as “caixinhas” teóricas.

Para a realização do Etnoturismo em terras e comunidades indígenas os aspectos relevantes vão muito além da experiência cultural para o turismo, pois a adoção destas envolvem questões relacionadas ao protagonismo indígena na contemporaneidade, entendendo o papel constante dos mesmos a lutar por seus direitos e territórios.

### **3 A HISTÓRIA DO TURISMO NAS TERRAS E COMUNIDADES INDÍGENAS NO BRASIL**

O presente capítulo aborda o contexto histórico das atividades turísticas com povos indígenas que se iniciou na década 1980 com o surgimento do ecoturismo, desde então foram relatadas as primeiras experiências de turismo em terras e comunidade indígenas, que teve um grande crescimento na década de 1990, onde as terras indígenas começaram a trabalhar com o turismo.

Segundo Silva (2008) as atividades turísticas podem ter iniciado com as invasões territoriais que os povos indígenas sofriam, essas invasões ocorriam não apenas por garimpeiros ou fazendeiros mais também por inúmeros turistas, o que causava uma visitação grandiosa nesses locais, trazendo impactos negativos a esses povos que começaram a se articular para lutar por suas terras e controlar essa visitação, porém muitos indígenas começaram a ver essa atividade como uma alternativa de renda.

Em 2006 tendo em vista a grande demanda de indígenas que recorriam para terem auxílio e legalização para realizar atividades turísticas em suas terras, a Funai realiza uma pesquisa em 5 estados para analisar como estava ocorrendo esse turismo, resultando num trabalho extenso que mostra a quantidade de comunidades que já estavam envolvidas em projetos turísticos.

Ainda que ao longo de 20 anos tenham se destacado vários relatos das atividades turísticas nas terras indígenas, foi somente em 2012 com a criação da PNGATI que de fato o turismo em terras e comunidades indígenas foi autorizado, apresentando uma melhor forma de ocorrer essas atividades nas regiões indígenas.

O capítulo também aborda a situação do turismo em comunidades e terras indígenas no Amazonas, o estado possui a maior população indígena do Brasil (IBGE,2010), e alguns desses povos por todo estado já praticam o turismo, por concebe-lo como uma fonte de renda, destacando-se o protagonismo dos indígenas na realização das atividades turísticas, com destaque para região do Alto Rio Negro que possui a maior população indígena e diversidade de etnias (IBGE, 2010).

O turismo tem se caracterizado também como uma forma de reafirmação cultural para muitos indígenas inclusive para os que saíram de suas terras e moram em Manaus ou nas regiões mais próximas, o que se destaca como ponto dessa

atividade, uma vez que o motivo da migração desses indígenas é a melhoria de vida ou sobrevivência, devido aos conflitos que sofrem por invasões em suas terras.

### **3.1 CONTEXTO HISTÓRICO: AS PRIMEIRAS ATIVIDADES E SEUS OS IMPACTOS.**

Para entender a relação do turismo com os povos indígenas, deve-se fazer uma análise de quando essa atividade econômica passou a ser inserida na vida dos povos indígenas. Embora as primeiras discussões sobre o turismo em terras indígenas tenham surgido na década de 1980 quando começa a ser trabalhado o ecoturismo, Buntem e Graburn (1996 Apud Grunewald 1999) falam que o envolvimento dos povos indígenas com o turismo já é um fato desde os encontros colônias, mas a liderança e o protagonismo indígena nessa atividade é algo relativamente novo.

Aspellin (1977 apud Grunewald 2003) explica que o turismo como alternativa de renda para povos indígenas já acontece desde o início da década 1970, por meio do 'turismo indireto', caracterizado pela venda de artesanatos indígenas em lojas, aeroportos e também com a participação de indígenas em eventos, nos quais eles apresentavam sua cultura e vendiam seus artesanatos.

Grunewald (2003) em sua pesquisa sobre turismo e etnicidade aborda um exemplo referente as principais experiências de turismo em terras indígenas, é o da Terra Indígena dos Pataxós de Barra Velha na Bahia. Os indígenas de Barra Velha tiveram seu primeiro contato com o turismo na década de 1970 quando foram informados que poderiam utilizar o artesanato como uma fonte econômica, então eles foram ensinados a fazer colar, e com o tempo foram aprimorando seus trabalhos constituindo uma importante tradição com peças de madeira, sementes e palhas que hoje ainda são a principal fonte de renda desse grupo.

De acordo com Silva (2008) o Turismo chegou até os povos indígenas na década de 1980, esse processo está ligado ao ecoturismo segmento de turismo que segundo Fennell (2002, p.42 Apud Silva, 2008, p. 122) surgiu para explicar a relação do homem com o meio ambiente e cultura nos quais estão inseridos.

É importante destacar que a questão do ecoturismo é interpretada de várias maneiras pelas diversas ciências, o que também implica na difícil "compreensão" sobre como, de fato, esse segmento acontece. A partir da década de 1980 o ecoturismo passou a ser trabalhado de forma mais intensa no Brasil, com grande

divulgação sobre o turismo de forma sustentável, que era apresentado de modo convincente não apenas para futuros turistas mais também para os povos indígenas que muitas vezes tinham suas terras usadas na realização do turismo e não recebiam nada em troca.

As atividades turísticas realizadas dentro das terras foram ficando cada vez mais frequentes, alguns indígenas reivindicavam da FUNAI o direito e suporte para que pudessem trabalhar com o turismo, afinal ainda que, a Constituição Federal (1988, p.133) apresente em seu VIII capítulo dedicado aos povos indígenas que as terras indígenas são de usufruto dos mesmos cabendo a eles o uso dos recursos, não havia de fato um documento que explicitamente autorizasse essas práticas e orientasse como elas deveriam ocorrer.

Cabe destacar o uso da expressão “Terras Indígenas” e “Comunidades Indígenas”. São os chamados territórios milenares, habitados por gerações de um mesmo povo.

São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições” Constituição Federal, 1988, Art. 231 e incisos 1º 2º 3º e 4º.

As chamadas “comunidades indígenas” são constituídas por povos que saíram de suas terras tradicionais (milenares) e se fixaram em outras localidades, muitas vezes próximas a cidades e mesmo dentro destas. Em muitos casos nessas comunidades vivem diferentes povos que têm como principal característica interesses relacionados ao reconhecimento de seus direitos como povo étnico, bem como a reivindicação por direitos referentes a terras, saúde, educação, dentre outros. (SILVA, 2008).

A primeira discussão formal na FUNAI sobre turismo nas terras indígenas ocorreu no ano de 1993, através do documento C.I, nº 21/GAB/ADR/FUNAI/MAO, de 14 de abril de 1993, que encaminha a ata de criação da comissão especial de turismo da Amazônia-Brasil/Centura-Brasil. O Parecer nº002 – DFU-FUNAI/ADR/MAO, de 28 de abril do mesmo ano, sinaliza que o assunto é complexo, muito polêmico e não possui amparo legal. A época, já havia preocupação com o potencial de vulnerabilidade das comunidades indígenas submetidas e/ou relacionadas direta e indiretamente com projetos turísticos. (SILVA, 2008, p.121)

Em 2006 a FUNAI criou um grupo de trabalho visando analisar esse polêmico assunto que já era fato em vários lugares do Brasil, esse trabalho focou nos povos indígenas dos estados da Bahia, Amazonas, Mato Grosso, Rio de Janeiro, Roraima e Tocantins, buscando identificar e analisar como estavam esses indígenas e destacar suas condições sociais e culturais. A pesquisa constituiu-se em um trabalho de folego e foi a partir dessa pesquisa que se discutiu a necessidade da criação de instrumentos legais, conceituais e normativos para execução da atividade turística particularmente em Terras Indígenas.

Ainda que se tenha registrado um número grande de relatos e experiências de indígenas envolvidos com o turismo desde a década de 1990, é somente em 2012 que surge o primeiro documento que autoriza essas atividades a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas PNGATI- que traz diretrizes que auxiliam na proteção ambiental do território indígena, além de dar autonomia aos povos sobre suas terras, o que os permite as práticas de atividades planejadas por eles, dentre elas o turismo.

O eixo V da PNGATI trata sobre uso sustentável de recursos naturais e iniciativas produtivas indígenas, as práticas sustentáveis que possam trazer uma renda de forma sustentável, ou seja, sem prejuízos ambientais e culturais. No que se referido eixo destaca-se o item G.

**V - eixo 5 - uso sustentável de recursos naturais e iniciativas produtivas indígenas:**

- a) garantir aos povos indígenas o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos existentes em terras indígenas;
- b) fortalecer e promover as iniciativas produtivas indígenas, com o apoio à utilização e ao desenvolvimento de novas tecnologias sustentáveis;
- c) promover e apoiar a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais usados na cultura indígena, inclusive no artesanato para fins comerciais;
- d) apoiar a substituição de atividades produtivas não sustentáveis em terras indígenas por atividades sustentáveis;
- e) apoiar estudos de impacto socioambiental de atividades econômicas e produtivas não tradicionais de iniciativa das comunidades indígenas;
- f) desestimular o uso de agrotóxicos em terras indígenas e monitorar o cumprimento da Lei no 11.460, de 21 de março de 2007, que veda o cultivo de organismos geneticamente modificados em terras indígenas;
- g) apoiar iniciativas indígenas sustentáveis de etnoturismo e de ecoturismo, respeitada a decisão da comunidade e a diversidade dos povos indígenas, promovendo-se, quando couber, estudos prévios, diagnósticos de impactos socioambientais e a capacitação das comunidades indígenas para a gestão dessas atividades;**
- h) promover a sustentabilidade ambiental das iniciativas indígenas de criação de animais de médio e grande porte;
- i) promover a regulamentação da certificação dos produtos provenientes dos povos e comunidades indígenas, com identificação da procedência étnica e territorial e da condição de produto orgânico, em conformidade com a legislação ambiental;
- j) promover assistência técnica de qualidade, continuada e adequada às especificidades dos povos indígenas e das diferentes regiões e biomas;

Embora na PNGATI seja destacado a importância da autonomia dos povos indígenas sobre suas terras, ainda, faltava um documento que de fato apresentasse as diretrizes a serem seguidas para a realização de atividades turísticas, além de regulamentar o turismo nas terras e comunidades indígenas. Com base nessa realidade e da crescente inclusão do turismo nas comunidades em junho de 2015 foi criada a Instrução Normativa 3/2015 (IN) da Funai.

A IN 003/2015 tem como objetivo ordenar a atividade turística em Terras Indígenas, orientando como o Turismo pode ser trabalho nesses locais, bem como seus objetivos, além de estabelecer normas e instruções para as atividades turísticas. O capítulo I da IN, com destaque para os artigos 1 e 2 evidenciam os objetivos da IN além de evidenciar os seus objetivos gerais.

#### CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Ficam estabelecidas as normas para a visitação com fins turísticos em terras indígenas, de base comunitária e sustentável, nos segmentos de Etnoturismo e de Ecoturismo.

Art. 2º - são objetivos da visitação com fins turísticos em terras indígenas a valorização e a promoção da sociodiversidade e da biodiversidade, por meio da interação com os povos indígenas, suas culturas materiais, imateriais e o meio ambiente, visando a geração de renda, respeitando-se a privacidade e a intimidade dos indivíduos, das famílias e dos povos indígenas, nos termos por eles estabelecidos.

Embora, do ano de 2012 até 2015 tenha ocorrido a criação da PNGATI e da IN 003/2015 documentos de suma importância para as práticas de turismo em terras indígenas, muitas terras indígenas ainda não estão homologadas/legalizadas pela FUNAI, logo, as atividades desenvolvidas nessas terras indígenas acabam ocorrendo sem amparo da Funai, o que muitas vezes pode inibir que os mesmos realizem as atividades turísticas de forma autônoma.

Observa-se também que a legislação do Turismo em territórios indígenas não possuiu muitos avanços, pois a FUNAI, entendia que o mesmo modelo de Turismo, já existente e praticado em outras terras e comunidades indígenas, se aplicaria para todos, deixando de lado o fator étnico, ou seja, suas diferenças e singularidades, além da localização e dos motivos pelos quais os povos indígenas tenham adotado o turismo.

Atualmente a legalização das atividades turísticas em Terras e Comunidades Indígenas é feita por meio da Fundação Nacional do Índio (Funai) que pode concedê-la ou negá-la. Contudo, a falta de consenso entre pesquisadores, entidades, governantes e povos indígenas, além da burocracia para a autorização e legislação dessas atividades, contribuem para a realização de práticas ilegais. Pois, o fato de estar autorizado ou não, não inibir os povos indígenas de realizarem as atividades turísticas.

É importante destacar que o turismo, tanto em terras como em comunidades indígenas, hoje tem acontecido, na maioria dos casos sem a anuência dos povos indígenas, os mesmos tinham suas terras “visitadas” de forma não planejada e, muitos empreendimentos se aproveitavam disso para explorar os indígenas, alegando que os mesmos ganhariam com isso, contudo, não era o que ocorria. Por outro lado, alguns indígenas começaram a adotar o turismo como uma fonte de renda tendo em vista a sobrevivência desses povos estar cada vez mais crítica em virtude das invasões, desmatamento e muitas outras lutas que passam em seus territórios, ainda que se tenham casos de sucesso como dos Pataxós de Barra Vermelha, Sahu-Apé é de extrema importância entender que todas as atividades turísticas em regiões indígenas estão ligadas a efeitos bons e ruins vivenciados por esses povos.

Cabe aqui algumas considerações feitas por Coutinho (2016, p.53)

Todas as interações em conjunto com outros aspectos das práticas turísticas acarretam consequências, efeitos, impactos, que podem ser tanto positivos quanto negativos dentro da tríade sustentável. Em regiões indígenas, os impactos advindos do turismo podem ser econômicos, ou seja, geração de renda para a comunidade, embora, em contrapartida se há dependência exclusivamente do turismo, em épocas de baixa temporada ou forças maiores em que a atividade caia drasticamente, o impacto negativo pode ser seriamente prejudicial. Outrossim, no âmbito social, a linha fica muito tênue entre fortalecer e comoditizar a cultura local. Já o viés ambiental está intrinsecamente ligado a utilização e preservação da área. Adicionalmente, estas interações podem criar consciência e empatia. Gerando fortalecimento das comunidades e apoio dos turistas as causas indígenas. (COUTINHO, 2016, p.53)

Para os povos indígenas que decidem realizar atividades turísticas em suas terras e comunidades, os aspectos conceituais são muito específicos e ultrapassam as “caixinhas” teóricas, pois a adoção destas atividades envolve questões

relacionadas ao protagonismo<sup>3</sup> indígena na contemporaneidade. Verifica-se que os povos indígenas estão assumindo o papel de ator principal no que diz respeito às políticas indigenista de Estado em prol de uma mudança na lógica histórica que tem negado o protagonismo indígena. As suas experiências com as atividades turísticas podem ser consideradas um exemplo dessa mudança, pois trata-se de um caminho no contexto de suas iniciativas em busca de alternativas econômicas, mesmo que esse caminho ainda se encontre em construção, e que, necessitem superar as relações assimétricas de modo a consolidar um “modelo” indígena de turismo.

O Amazonas destaca-se por ter a maior população indígenas do Brasil, destacando o município de São Gabriel da Cachoeira como a maior população indígena, segundo o IBGE (2010) a cada 10 habitantes no referente município 9 são indígenas. Atualmente muitos indígenas no Amazonas trabalham com o Turismo, alguns recebem o apoio de Instituições não governamentais que veem essa atividade como uma forma de renda sustentável. Em muitos casos, são os próprios, protagonistas dessas atividades, fazendo todo o planejamento do turismo.

O protagonismo dos indígenas na realização e organização dessa atividade é cada vez mais intenso e, muitos indígenas, moldam o Turismo aos seus princípios e fundamentações próprias, adequando essa prática da melhor forma para si. Verifica-se os povos indígenas conseguiram ver o Turismo também como uma ferramenta de gestão dos seus territórios, é o caso das comunidades do alto Rio Negro que estão bastante engajados com o Turismo, mas de forma que ele traga impactos positivos para eles.

Embora no Alto Rio Negro seja possível ver o protagonismo dos indígenas com o turismo, em algumas comunidades, em especial as localizadas na região do baixo Rio Negro, mais próximas a Manaus, possuem uma relação mais conturbada com o turismo pois, passam por alguns problemas, dentre eles conflitos com seu próprio povo pois adotaram um turismo que não pode ser caracterizado como sustentável, uma vez que perpetuam a visão estereotipada sobre povos indígenas e utilizam o turismo como fonte de renda primária.

---

<sup>3</sup>O protagonismo indígena na luta por reconhecimento e pela garantia de seus direitos é uma característica do Movimento Indígena no Brasil o qual se tornou mais evidente durante os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte de 1987. O desfecho positivo desses trabalhos, quanto aos direitos indígenas, contribuiu para que a atuação destes povos como protagonistas de sua própria história se apresentem na atualidade como especificidade do Movimento, experienciada em diferentes aspectos: organizações indígenas; representatividade das lideranças; elaboração de projetos e políticas públicas; diálogo mais direto com diferentes instâncias do Estado e da sociedade civil, entre outros. (BICALHO, 2010, p.13)

A exemplo de protagonismo no Baixo Rio Negro se destaca a pesquisa realizada por Ferreira e Cruz<sup>4</sup> (2017) na comunidade indígena Sahú-Apé, que relata a história e trajetória dos indígenas moradores dessa comunidade com o turismo. Verificou-se que a vinda da família indígena do Andirá Marau da etnia Sateré Maué para cidade de Manaus, deu-se pela busca de melhoria de vida, pois estavam vivendo sérios conflitos em seus territórios. Outro fato destacado na pesquisa é que a criação de uma fábrica próxima ao local que moravam, estava afastando os peixes e animais, por conta do barulho que as explosões da fábrica causavam, logo sem poderem pescar ou caçar os mesmos decidiram vim para Manaus. Após sua estada fixada em Manaus passaram por uma experiência no Hotel de Selva, que a princípio pareceu ser a solução dos problemas dessa família, contudo, eles perceberam que estavam sendo explorados por não receberem de fato por tudo que trabalhavam (apresentações de dança e rituais) no hotel, além de não poderem praticar suas atividades como pesca caça e plantação. Em seguida, esse grupo familiar, decidiu criar sua própria comunidade em um território doado pelo antigo prefeito de Manacapuru, e entendendo que poderiam trabalhar com o turismo de forma autônoma eles adotaram o Turismo como uma alternativa de renda para a comunidade, onde poderiam atuar nessa atividade sem deixar de lado seus costumes e cultura, desde a criação da comunidade os indígenas que moram em Sahu-Apé são os protagonistas do turismo e iniciativas sustentáveis.

A Fundação Estadual do Índio (FEI), que substituiu a Secretaria de Estado para os Povos Indígenas (SEIND), possui alguns registros sobre as atividades turísticas realizadas em Terras e Comunidades Indígenas no Amazonas, infelizmente não se trata-se um mapeamento preciso, apontando as suas reais dimensões, os lugares onde elas ocorrem, quem as realiza, quais os agentes sociais envolvidos, bem como os impactos positivos e negativos para as comunidades. A informações disponíveis na FEI apenas retratam o envolvimento de alguns povos indígenas com o Turismo, fornecidas pelas associações indígenas informalmente.

A Fundação Estadual do Índio (FEI), afirma que o Turismo é uma atividade presente em um número significativo de comunidades nas distintas sub-regiões do estado do Amazonas, contudo os mesmo não possuem um quantitativo exato, possuindo características diversas, pois em umas comunidades e terras indígenas

---

<sup>4</sup> Projeto de Iniciação Científica, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM) realizada em 2016/2017.

elas são feitas pelos indígenas, em outras com a participação dos indígenas. Contudo, há casos em que não há nenhum envolvimento dos indígenas, inclusive feitas sem suas anuências, o que Silva (2008) como um fator negativo para as comunidades que muitas vezes acabam sendo exploradas.

### **3.2 O TURISMO EM COMUNIDADES INDÍGENAS NA REGIÃO DO BAIXO RIO NEGRO.**

A região do Baixo Rio Negro abrange os municípios de Manaus, Iranduba, Manacapuru e Novo Airão, os quais caracterizam-se por possuir rica biodiversidade, fazendo parte do Corredor Central da Amazônia.

O corredor central da Amazônia localiza-se integralmente no estado do Amazonas e é composto por 81 áreas protegidas, sendo 14 UCs federais (6 de Proteção Integral e 8 de Uso Sustentável), 15 UCs estaduais (3 de Proteção Integral e 12 de Uso Sustentável) e 52 Terras Indígenas, compreendendo 52 milhões de hectares. (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2014).

Nessa região também se encontra um Mosaico de Áreas Protegidas, criado em 2010 pelo Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ) em parceria com: Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNAM); Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMbio); Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMMAS); Ministério do Meio Ambiente (MMA); Sindicato dos trabalhadores rurais de Novo Airão; Associação de Pescadores e de Artesãos de Novo Airão; Fundação Vitoria Amazônica (FVA) e; Estado de Desenvolvimento Sustentável (SDS);

Com o propósito de unir as Unidades de Conservação da região, o IPÊ (2010) explica que: o Mosaico de áreas protegidas do Baixo Rio Negro objetiva envolver todos atores sociais em sua gestão, facilitando a comunicação, a interação e a gestão participativa além de elaborar e implementar o Desenvolvimento Territorial com Bases Conservacionistas do mosaico fortalecendo o poder local.

O Mosaico de Áreas Protegidas inclui o Parque Nacional do Jaú, sendo esse o maior arquipélago fluvial do mundo, o Parque Nacional de Anavilhanas que é o segundo maior arquipélago fluvial, ambos localizados no município de Novo Airão, abrigando ainda a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé, que se destaca por ser o local onde estão concentradas uma das primeiras experiências

com o turismo, a exemplo a comunidade São João do Tupé. No total são 11 UCs no mosaico, nas quais vivem as comunidades formadas por populações ribeirinha e povos indígenas.

Cabe destacar algumas características socioculturais e ambientais do Baixo Rio Negro é o maior afluente do rio Amazonas e o segundo maior em volume de água, é fonte de renda, transporte e sobrevivência de muitas pessoas no estado do Amazonas. Possui três subdivisões, a saber: o Baixo Rio Negro, Médio Rio Negro e Alto Rio Negro.

A região do Baixo Rio Negro abrange os municípios de Manaus, Iranduba, Manacapuru e Novo Airão, estando incluída no Corredor Central da Amazônia, além de ser composta por um Mosaico de Áreas Protegidas de diferentes categorias de manejo (IPE,2013), cuja criação foi em 2010 e teve como proposta

Solucionar a situação de isolamento e dificuldade de gestão das APs locais. O Mosaico está inserido na Reserva da Biosfera da Amazônia Central e no Corredor Ecológico Central da Amazônia – maior área de proteção ambiental contínua do mundo. Segundo o Relatório da Biodiversidade Brasileira, a importância ecológica e social dos ecossistemas do baixo Rio Negro é evidenciada pela alta diversidade biológica, o que lhe confere a classe de área de extrema importância para a conservação. (MMA/BRASIL, 2002). (PORTO,2014, p.13)

O Mosaico de Áreas Protegidas do Baixo Rio Negro possui grande influência nessa região, são no todo 11 UCs integradas no mosaico sendo elas: Parque Nacional do Jaú; Parque Nacional de Anavilhanas; Reserva Extrativista do Rio Unini; Parque Estadual Rio Negro Setor Norte; Parque Estadual Rio Negro Setor Sul; Área de Proteção Ambiental da Margem Esquerda do Rio Negro setor Aturiá – apuazinho; Área de Proteção Ambiental da Margem Esquerda do Rio Negro setor Tarumã – açu – tarumã - mirim; Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Negro; PES do Rio Negro – Setor Sul; Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Amanã e; Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé,

. A área correspondente ao Mosaico chega a totalizar aproximadamente 8 milhões de hectares, com uma biodiversidade riquíssima de grande importância de preservação. Essa área abrange os municípios de Manaus, Novo Airão, Barcelos, Manacapuru e Iranduba, segundo o IBGE (2007) possui 1,8 milhões de pessoas e mais de 80 comunidades formadas por indígenas e ribeirinhos.

No que tange especificamente as comunidades indígenas muitas das que hoje vivem no Baixo Rio Negro há alguns anos, não são de origem dessa região, vieram para cidade de Manaus e entorno em busca de melhorias de vida, e ao longo dos anos, foram se transferindo para os lugares que hoje são categorizadas como UCs, a exemplo da RDS do Tupé, onde está localizada a comunidade São João do Tupé, que no final da década de 1990 recebeu uma família de indígenas da etnia Dessana.

A migração dos povos indígenas para a cidade de Manaus e para outros lugares tem motivações distintas, dentre elas estão os conflitos vividos em suas terras tradicionais decorrentes das invasões de agentes externos que ocasionaram, e ainda ocasionam, inúmeros impactos negativos. Dentre as motivações destaca-se também que muitos povos indígenas vieram para capital do estado do Amazonas nas décadas de 1960, 1970 e 1980 em busca de emprego na Zona Franca de Manaus. Vale destacar que essa migração ocorre paralelamente a outros acontecimentos ocorridos no Brasil e no estado do Amazonas, a exemplo as primeiras discussões sobre ecoturismo no Brasil.

Embora as atividades turísticas tenham chegado na década de 1980, conforme Silva (2008), ainda hoje não há dados quantitativos exatos que ilustrem a real situação do turismo tanto dentro das terras indígenas, como fora delas, nas chamadas comunidades indígenas.

A pesquisa em fonte bibliográfica e documental nos dão um retrato importante sobre essas atividades, particularmente na região do Baixo Rio Negro, local com uma grande concentração de comunidades envolvidas com o turismo. Contudo, não em termos numéricos, durante a pesquisa não foi encontrado nenhum trabalho - seja tese, dissertação, artigo e/ou relatório, por meio dos quais fosse possível mensurar o quantitativo de comunidades envolvidas com o turismo. Ressalta-se que esse não foi o objetivo dos trabalhos analisados, portanto, não se trata de desqualificar os mesmos, apenas apontar uma evidência constatada por nós.

A Amazonatur, órgão responsável pelo turismo a nível estadual, também não possui tal informação, isto sim nos causa estranheza. Segundo os colaboradores da referida empresa, é possível afirmar que o turismo está presente em várias comunidades, entretanto, não tem os números exatos, ou seja, não possuem estudos e levantamentos específicos sobre a atividade nesse âmbito, algo preocupante. Tal constatação, indica a necessidade de estudos e mapeamentos

urgentes que deem conta de retratar essa realidade com dados consistentes, algo fundamental para a elaboração de políticas públicas voltadas para a atividade.

Em termos da sociodiversidade, uma pesquisa feita pelo Programa Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA) em 2009, visibilizou as etnias indígenas presentes na região do Baixo Rio Negro, sendo elas: Apurinã, Issé, Katawixi, Marimam, Parintintim, Tuyúca Arapáso, Jarawara, Katukina, Marubo, Paumari, Waimiri-Atroari, Juma, Katwena, Matis, Pirahã, Wai-wái, Banavá-Jafí, Juriti-Tapuia, Kaxarari, Mawaiãna, Pira-Tapúya, Wanana, Baniwa, Kaixana, Kaxinawá, Sateré-Mawé, Warekena, Barasána, Kambeba, Kaxhysana, Siriána, Wayampi, Baré, Kanamari, Kobema, Mayoruna, Tariána, Xeréu, Deni, Kanamanti, Kokama, Miranha, Tenharin, Jamamadi, Dessana, Karafawyána, Korubo, Miriti-Tapuia, Torá, Yanomami, HiMarimã, Karapanã, Kulina/Madijá, Munduruku, Tukano, Zuruahã, Hixkaryana, Karipuna, Maku, Mura e Tikúna.

Por esses dados viabilizados pela PNCSA verifica-se como a região do Baixo Rio Negro é rica não apenas na sua biodiversidade, uma vez que se fala da região com a maior concentração de áreas protegidas, mas também pela riqueza cultural, pois por toda a região é possível encontrar comunidades ribeirinhas e indígenas com especificidades culturais e linguísticas, que vão se articulando para manter suas tradições em meio as mudanças que os cercam.

Embora não se tenha um quantitativo exato de quantas comunidades hoje trabalham com o turismo, é importante destacar que muitas já adotaram a atividade turística como uma forma de se fortalecer culturalmente e de obter uma renda de forma sustentável.

Ainda que o turismo nessa região tenha uma presença forte de instituições governamentais e não governamentais auxiliando/assessorando essas atividades, é preciso a realização de estudos que possam analisar os impactos positivos e negativos das mesmas, sendo de extrema importância também entender de fato como essa atividade vem sendo incluída na vida dessa população.

A região do Baixo Rio Negro constitui cidades de grande importância para o turismo no estado, possuem um fluxo de turistas crescentes, destacando Manaus que se encontra como portão de entrada no Amazonas, atraindo inúmeros turistas a cada ano.

Os municípios dessa região também constituem o Polo Amazônico, incluído no plano de regionalização do turismo. De acordo com a AMAZONASTUR (2018) o

Polo Amazônico se destaca com grande importância no estado do Amazonas, nele atualmente se reúne 10 municípios sendo eles: Autazes, Careiro, Careiro da Várzea, Iranduba, Manacapuru, Manaquiri, Manaus, Novo Airão, Presidente Figueiredo e Rio Preto da Eva. Esses municípios são considerados os mais equipados para turismo, de forma que um complementa o outro, sendo regiões que mesmo oferecendo apenas um serviço podendo ser ele alimentações, hospedagem ou atrativos, ele se beneficia por estar próximo de regiões com mais visitação e assim todo Polo tem tendência ao crescimento

O Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil propõe o desenvolvimento da atividade turística de forma regionalizada, com foco no planejamento coordenado e participativo. Dessa forma, adotou-se o conceito de região turística como referência espacial, na qual se inserem os produtos turísticos. De acordo com o Ministério do Turismo (2007, p.19). Região turística é o “espaço geográfico que apresenta características e potencialidades similares e complementares, capazes de serem articuladas e que definem um território” (MTur, 2004).

Cabe destacar a importância de levantamento de dados, tais como: pesquisas de demandas, controle de visitação, mapeamento das comunidades indígenas e ribeirinhas envolvidas com o turismo, bem como sobre o controle dos setores envolvidos com o turismo, pois, ainda é algo pouco explorado no estado, sendo uma das falhas que mais atrapalha o desenvolvimento do turismo sustentável na região.

Contudo é possível verificar muitos estudos que envolvem agentes sociais nessas regiões sendo Instituições não governamentais e órgãos públicos.

A região do Baixo Rio Negro possui muitas comunidades tradicionais, a maioria estão incluídas em Unidades de Conservação (UCs), gerando pesquisas sobre essas comunidades, destacando como elas se articulam para se manterem em meio as restrições que as UCs possuem.

Muitas das comunidades na região que hoje estão inseridas em UCs já existem há mais de 30 anos, ou seja, muito antes das mesmas virarem UCs. O processo de criação de UCs no Amazonas ocorreu da década de 2000 após a criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), tendo menos que 20 anos a implementação desse processo.

Algumas RDS que possuem comunidades têm pouco mais de 10 anos, e por serem áreas de preservação, possuem plano de gestão o que restringe muitas

atividades entre elas: extração ilegal de madeira, que antes eram praticadas pelos moradores dessas comunidades. Cabe ressaltar que esses planos de gestão provocam inúmeras mudanças no modo de vida dos moradores, ocasionando em conflitos.

Embora o sistema de implementação de UCs não ocorra de forma participativa com a comunidade que mora no local que via uma UCs, uma alternativa para minimizar impactos negativos tanto para as áreas de conservação como para os moradores, são projetos de desenvolvimento sustentável que visam proporcionar para esses moradores como obter uma alternativa de renda sem praticar atividades ilegais. É importante destacar que os mesmos praticavam essas atividades ilegais pois era o meio que possuíam para obter renda.

Embora se tenha projetos de desenvolvimento sustentável, a sensibilização dos moradores para esse novo “estilo de vida” até hoje ainda é um desafio para alguns órgãos públicos. Da década de 1990 até hoje, se tem um crescimento de ONGs que trabalham visando não apenas a preservação do meio ambiente, como também dos moradores dessas UCs, os quais propõem projetos sustentáveis dentre eles, o turismo comunitário, para servi como uma fonte de renda para essa população, além da sensibilização quanto a preservação e conservação do meio ambiente e possibilitando assim uma vida sem conflitos entre as comunidades.

No que tange aos agentes sociais presentes na referida região e que atuam direta e indiretamente com o turismo, destaca-se a Fundação Amazonas Sustentável (FAS); Instituto Ecológico de Pesquisa (IPÊ); Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAMS) e; Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA).

Esses órgãos têm como objetivo estabelecer ações visando melhorias e qualidade de vida além da preservação ao meio ambiente. Por esse prisma o turismo se insere nessas ações por meio de projetos visando implementar o turismo comunitário e ecoturismo. Seriam também seus objetivos envolver os comunitários nas atividades, além de conscientizar as comunidades do que pode e não pode ser realizado nas UCs. Um destaque desses trabalhos foi a idealização de roteiros que ligam as comunidades de algumas UCs, em destaque o Roteiro Tucorin.

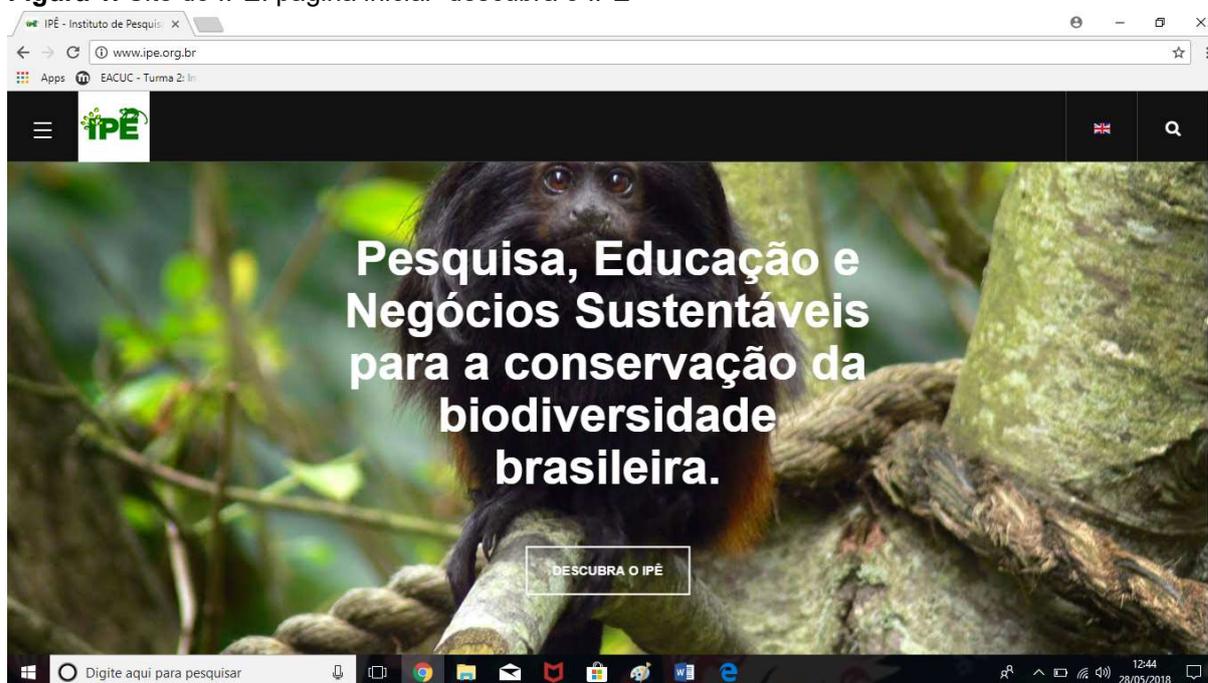
Roteiro de Turismo Comunitário no Rio Negro (Tucorin) é uma iniciativa de turismo de base comunitária localizado no Mosaico do Baixo Rio Negro, inclui comunidades de três Unidades de Conservação (UCs): Reserva de Desenvolvimento

Sustentável do Tupé; Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Puranga Conquista e Área de Proteção Ambiental Margem Esquerda do Rio Negro Setor Aturiá/Apuzinho, cada uma com seu diferencial potencial turístico peculiar.

Faz-se aqui algumas considerações sobre essas instituições, iniciando-se com o Instituto IPÊ. Trata-se de uma instituição dedicada à conservação da biodiversidade em bases científicas. Atua em pesquisas, formação de profissionais, educação ambiental e programas de geração de renda e negócios sustentáveis que ampliem a responsabilidade socioambiental de comunidades, empresários e formadores de opinião. Foi oficializado em 1992, atualmente é considerado uma das maiores ONGs ambientais do Brasil, conta com mais de 80 profissionais trabalhando em mais de 30 projetos por ano, em locais como o Pontal do Paranapanema e Nazaré Paulista (SP), Baixo Rio Negro (AM), Pantanal e Cerrado (MS). Uma das preocupações do IPÊ desde a sua criação é a transferência do conhecimento adquirido em suas pesquisas de campo. (IPÊ, 2018).

Na figura 1 destaca-se o site do IPÊ onde encontra-se diversas informações sobre o mesmo.

**Figura 1.** Site do IPÊ: página inicial- descubra o IPÊ



Fonte: [www.ipe.org.br](http://www.ipe.org.br)

O IPÊ foi o proponente da criação do Mosaico de Áreas Protegidas do Baixo Rio Negro, com intuito de unir as Unidades de Conservação dessa região, buscando trabalhar com elas de forma participativa, facilitando a comunicação e a gestão dessas UCs. O foco seria trabalhar com projetos de preservação de animais ameaçados de extinção, preservação das áreas naturais, implementação de projetos sustentáveis para comunidades da região, e parcerias que resultaram na construção do Roteiro Tucorin, com objetivo de proporcionar as comunidades trabalhar com o turismo, tendo assim uma fonte de renda sustentável.

A Fundação Amazonas Sustentável (FAS) é uma organização brasileira não governamental, sem fins lucrativos, criada em 8 de fevereiro de 2008, pelo Banco Bradesco em parceria com o Governo do Estado do Amazonas. A missão da FAS é promover o envolvimento sustentável, a conservação ambiental e a melhoria da qualidade de vida das comunidades ribeirinhas do estado do Amazonas. (FAS,2018).

De acordo com a FAS o envolvimento com a sustentabilidade seria o conjunto de processos participativos direcionados para a melhoria da qualidade de vida e fortalecimento das relações da sociedade com os ecossistemas locais, reconhecendo e expandindo seus laços e compromissos sociais, culturais, econômicos, espirituais e ecológicos com o objetivo de buscar a sustentabilidade em todas as suas dimensões. (FAS,2018).

A FAS estar incluída na Política Estadual de mudanças climáticas, a organização de terceiro setor, realiza diversos projetos no Amazonas, na região do Baixo Rio Negro atua em parceria com outros órgãos na implementação de projetos em comunidades tradicionais, entre esses projetos se destaca a qualificação e sensibilização para o turismo comunitário e preservação ambiental, além do bolsa floresta e incentivo a micro empreendimentos comunitários. O site da Fundação permite melhor conhecimento dos projetos realizados e resultados alcançados.

Embora a FAS apresente para as comunidades o turismo, buscando levar uma alternativa de renda para as comunidades, algumas comunidade não conseguem manter os projetos ativos após a saída da instituição da comunidade, tendo dificuldades para fazer a gestão das atividades, o que leva a desistência e ate frustração dos mesmo com o turismo.

Nesse rol de instituições que estão envolvidos direta e indiretamente com o turismo nessa região destaca-se a Secretaria do Estado de Meio Ambiente (SEMA) prevê a manutenção da floresta e garantir a conservação dos recursos naturais, por meio de políticas públicas, gestão, projetos, fiscalização e áreas protegidas, também atua para a melhoria da qualidade de vida da população que tem no patrimônio florestal e hidrográfico maiores bens. Para executar as políticas e diretrizes a Sema está estruturada em diferentes áreas para implementar os eixos ambientais, como recursos pesqueiros, florestais, áreas protegidas (Unidades de Conservação – UC), recursos hídricos, mudanças climáticas e monitoramento ambiental. Os eixos permitem elencar prioridades de atuação com abordagem na gestão territorial, apoio à regularização ambiental e fundiária, desenvolvimento de capacidades das populações residentes e usuárias de unidades de conservação assegurando o desenvolvimento equilibrado aliando conservação e manejo dos recursos naturais sem deixar de lado os instrumentos de comando e controle e, a articulação com os demais órgãos de governo e sociedade civil para a geração de benefícios sociais.

Em relação a projetos da SEMA no rio negro, foram encontradas apenas algumas notícias relacionadas a casos bem distintos, como ordenamento do turismo com o boto no rio negro, ou discussões a respeito de uma nova política de pesca esportiva no Amazonas. Porém não foi constatado nenhuma parceria ou projeto em relação ao desenvolvimento de turismo em comunidades indígenas no baixo Rio Negro.

Destaca-se também a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMAS) fundada em 1979 com a finalidade principal de formular e executar a Política Municipal de Meio Ambiente, em consonância com as diretrizes estabelecidas pela Lei no. 6.938, de 31 de agosto de 1981, e alterações posteriores, que estabelecem a Política Nacional do Meio Ambiente. A referida secretaria possui vínculo com o Fundo Municipal para Desenvolvimento e Meio Ambiente (FMDMA) foi criado em 11 de novembro de 1993, por meio da Lei 219, é de natureza contábil e tem por finalidade criar condições financeiras e coordenar os recursos destinados ao desenvolvimento das ações e serviços relativos ao meio ambiente como um todo, visando à melhoria da qualidade de vida da população do município de Manaus.

A SEMMAS atua em parceria com aos órgãos públicos e ONGs na implementação de projetos de melhorias de vida para os moradores das comunidades, e de preservação das áreas protegidas. Esses projetos incluem capacitação para o turismo para os comunitários como idioma e atendimento ao cliente, além de fiscalização e cadastro de barcos que fazem o trajeto de Manaus até as comunidades que atuam com o turismo. A referida secretaria também atuou em parceria com o IPÊ na fundação do Mosaico de Áreas Protegidas no Baixo Rio Negro, além de ser o órgão público mais atuante com o turismo nessa região.

Embora nessa região tenham ocorrido parcerias com as ONGs e com os órgãos públicos, hoje muitas comunidades indígenas já não possuem tanta relação com os mesmos, no caso específico dos indígenas, verifica-se pouco apoio Funai, muitos se articulam diretamente com agências de turismo, com os guias e hotéis, bem como com os chamados “pirangueiros”, para constituírem parcerias para a realização dessas atividades turísticas.

O que preocupa nessas relações com os pirangueiros é a forma como esse turismo acaba sendo inserido para os indígenas, algumas agencias e hotéis ainda alimentam a visão estereotipada sobre os povos indígenas, e em algumas situações o turismo acaba sendo visto apenas como “renda”, tornando as atividades mecânicas e até gerando conflitos entre eles.

A exemplo dessa situação ora exemplificada, observou-se a relação de duas comunidades indígenas com o turismo, sendo elas a Comunidade Indígena Sahu-Ape que fica localizada na Vila Ariau no município de Manacapuru e a Comunidade Indígena Dessana localizada na RDS do Tupé.

A Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé (RDS do Tupé) é uma das unidades de conservação do Mosaico de Áreas Protegidas do Baixo Rio Negro que recebeu o auxílio da FAS, IPÊ e SEMMAS para implementação do turismo, sendo incluída no Roteiro Tucurin. Na RDS do Tupé, as 6 comunidades nela presente praticam o turismo, dessa forma buscam visar uma gestão mais participativa entre elas, além do turismo surgir como uma fonte de renda secundária para os moradores.

Na comunidade São João do Tupé os indígenas ficam um pouco mais distante do centro da comunidade, começaram a realizar atividades turísticas, que em um primeiro momento, ocorreu em parceria com a própria comunidade, contudo,

logo começaram a ter uma grande demanda para sua comunidade em parceria com agências que promovem passeios pelo rio Negro. Eles foram inseridos em um roteiro, atualmente um dos mais realizados pelas agências de Manaus, que liga o encontro das águas, a comunidade indígena e o nado com boto realizado na entrada do Parque Nacional de Anavilhanas.

O que preocupa nessa relação foi o modo como eles começaram a se organizar para praticar as atividades, relatos de alguns moradores da referida comunidade contam que os indígenas foram instruídos pelas agências a se apresentarem sem roupas, e com algumas características que já não faziam mais parte do cotidiano deles. A comunidade passou a ter um grande fluxo de turistas e conseqüentemente de dinheiro, logo ocorram brigas internas por conta de algo que os mesmos possivelmente já não estavam controlando. O resultado desses conflitos foi a separação desses indígenas, sendo constituída uma outra maloca de apresentação cultural dentro da comunidade São Joao do Tupé.

A experiência da comunidade de Sahu-apé pode ser assim resumida: já praticam o turismo há mais de 10 anos, o primeiro contato deles com essa atividade foi em um hotel de selva que ofereceu para a família de Sateré Maué a oportunidade de “viver da cultura”. Durante dois anos eles foram a atração desse hotel, contudo, a vida que tinham nesse hotel os “privava” de suas atividades como: pesca e caça, além de não serem devidamente pagos por suas apresentações.

Frente essa realidade os mesmos saíram do Hotel e constituíram a comunidade Sahu-Apé, na qual eles criaram suas regras, planejam todas as atividades que são oferecidas, tendo assim autonomia sobre o que eles fazem. A relação da comunidade como agentes externos envolve os guias, hotéis e algumas agências, contudo, por serem os protagonistas dessa relação, eles conseguiram se consolidar, mantendo a comunidade envolvida com a atividade, buscando nas atividades uma forma para que o turismo traga benefícios a todos indígenas da comunidade Sahu-Apé, não apenas para alguns.

Embora a região do Baixo Negro seja de grande importância para o estado do Amazonas, o turismo atividade presente em grande escala nessa região, ainda é pouco estudado e até mesmo abordado, seja por meio de produções que expliquem como essa situação está, ou por meio dos próprios setores privados que ainda não oferecem todos os produtos que a região tem, se concentrando em atividades fluviais.

Na região do baixo Rio Negro, apesar do turismo ser considerado fonte de geração de renda, acontece de forma bastante excludente considerando-se as comunidades receptoras, beneficiando apenas grandes empresários que abrem empreendimentos e/ou negócios voltados para passeios fluviais pelo Rio Negro. (IPÊ, 2006).

Assim como IPÊ destaca, de fato o turismo é uma realidade presente em grande escala na região do Baixo Rio Negro, embora se tenha iniciativas de torna comunitários protagonistas das atividades, poucas comunidades ribeirinhas conseguem manter as atividades sem ajuda das ONGs. No caso dos povos indígenas percebe-se que os agentes sociais que procuram as comunidades visam somente o lucro, logo o turismo é levado para os povos indígenas de maneira errada, causando conflitos e desordem.

Segundo Porto (2014.p.28) no Amazonas foi elaborado um Plano de Desenvolvimento Sustentável e Integrado da Região Metropolitana de Manaus, levando em consideração um planejamento para dez anos de 2010 a 2020. Este plano prevê como meta: “fortalecer e/ou organizar as atividades existentes (turismo, construção naval, pesca e piscicultura, agropecuária, extrativismo) com vistas a torná-las economicamente viáveis, ambientalmente sustentáveis e portadoras de inclusão das pessoas que nelas atuam” (AMAZONAS, 2010). Mesmo constando entre as metas do Plano de Desenvolvimento Sustentável de Manaus, na prática o que se verifica é que ainda há pouco interesse em relação ao tema, tanto que são raros os estudos sobre os impactos sociais e econômicos da atividade, que normalmente se restringem a indicadores de fluxos de visitantes, o que reforça a incerteza sobre a sustentabilidade deste setor.

Embora, desde 2014 o número de produções que abordam as temáticas relacionadas as atividades turísticas em comunidades tradicionais tenham crescido, é possível perceber que falta estudos mais aprofundados sobre o protagonismo dessas comunidades na região do Baixo Rio Negro. A ausência de informações sobre essas práticas, não demonstram de fato problemas vividos pelos moradores dessas comunidades, de acordo com relatos de moradores da RDS do Rio Negro muitas atividades ilegais ocorrem na região, que ocasionam impactos negativos não apenas para o meio ambiente, mas essas atividades que afetam a cultura local, do momento que destrói do espaço em que se vive além de muitas dessas atividades ilegais serem feitas pelos próprios moradores dessa região. Um grande problema que ainda sofrem as UCs é a extração de madeira feita de forma ilegal.

Ainda que ONGs e órgãos públicos trabalhem na implementação de projetos para melhoria de vida dos moradores e também de preservação ambiental, as pesquisas possuem um papel fundamental na identificação de fatores que as vezes são desconhecidos por essas ONGs e órgãos públicos. Especificamente se tratando de povos indígenas, percebe que muitos problemas que eles sofrem ainda não são de conhecimento de órgãos públicos, o que implica na dificuldade que sofrem, para se manter e trabalharem com o turismo ou outra alternativa de renda.

### 3.3 MAPEAMENTO DAS PESQUISAS SOBRE O TURISMO EM COMUNIDADES INDÍGENAS NO BAIXO RIO NEGRO: ANÁLISE E DISCUSSÕES.

O turismo já é um fato nas comunidades e terras indígenas por todo Brasil estudos apontam que há mais de 20 anos os indígenas já utilizam essa atividade para obter renda, sendo ela realizada de forma direta ou indireta pelos povos indígenas. Após o surgimento do ecoturismo, se fortaleceu bastante a visão do turismo como atividade que não traria impactos negativos para quem o fizesse e local onde seria realizado, contudo, é importante destacar que não importa a segmentação de turismo trabalhada ela sempre acarretará impactos que podem ser positivos e negativos.

Em 2008 Gilberto Silva fez um estudo por meio do qual foi possível identificar que em todo Brasil várias comunidades estavam adotando o turismo como fonte de renda, aderindo o Etnoturismo como um aliado para enfrentar algumas dificuldades de sobrevivência que os mesmos possuíam, em alguns lugares mesmo com a adoção do turismo ainda é difícil para alguns indígenas se manterem tanto, economicamente quanto culturalmente.

Nesse contexto a relação de estudos que reúnem informações sobre a realidade das comunidades indígenas, identificando suas dificuldades e como estão se articulando mediante a elas, são fundamentais para compreender de que forma adotaram o turismo e quais os impactos em suas comunidades. Nesse sentido buscou na presente pesquisa em adquirir os resultados dessas atividades turísticas por meio de dados secundários sendo eles contidos nos sites e produções científicas como: dissertações, teses, artigos, resumos, livros e monografias.

A maior parte dos dados aqui destacados foram obtido mediante a análise feita em dissertações, por meio da análise foram destacados aspectos que norteiam essas produções, como: foco central e motivação das pesquisas, elementos de maior destaque e visão do turismo. Por meio da análise identificou-se as características mais das experiências de turismo em comunidades indígenas na região do baixo Rio Negro e os agentes sociais mais presentes nessas práticas.

Dentre o que se buscou analisar o primeiro ponto a ser destacado é que embora o Etnoturismo tenha aumentado em todo país, não é possível identificar envolvimento dos órgãos públicos do estado do Amazonas. Ou seja, considera-se extremamente baixo o envolvimento desses órgãos não governamentais

investimentos, pesquisas e mapeamento de comunidades indígenas envolvidas com o turismo.

O que preocupa não é apenas a falta de informações que esses órgãos possuem, mas principalmente porque nesses últimos 5 anos ocorreram diversas conquistas alcançadas pelos povos indígenas, e principalmente o lançamento de dois documentos de grande importância, a PNGATI e Normativa 003/2015 que trata justamente de normas e legalizações para essas atividades realizadas em terras e comunidades indígenas.

Os Órgãos Estaduais e Municipais AMAZONASTUR; FEI e SEIND foram escolhidos como alguns dos principais agentes envolvidos com as atividades turísticas em terras indígenas no Amazonas. Foi analisado os sites desses órgãos destacando pontos positivos e negativos e informações que permitam conhecimento acerca dessas atividades, até mesmo para o meio de divulgação das comunidades indígenas, mas principalmente para verificar a fiscalização dessas atividades e implementação de políticas públicas.

Empresa Estadual de Turismo do Amazonas (Amazonastur) Trata-se de uma empresa mista que atua há 14 anos em nome do Governo do Estado, com o propósito de fomentar a atividade turística do Amazonas e projetar a região como destino turístico no Brasil e exterior. Fundada em 09 de maio de 2003, a empresa tem como meta implantar uma política estadual de turismo pautada na preservação da Amazônia e no desenvolvimento do turismo sustentável por meio de ações de melhoria da infraestrutura, capacitação e qualificação profissional.

O site oficial da empresa apresenta algumas opções para quem pretende conhecer o estado do Amazonas, trazendo dicas e notícias sobre o que a empresa está realizando.

A referida empresa disponibilizou para esse trabalho um resumo sobre as atividades que realizou ao longo de 15 anos com povos indígenas, sendo projetos e implementações de recursos entre eles do Etnoturismo em algumas comunidades, pesca esportiva realizada pelos indígenas, fóruns de fortalecimento do Etnoturismo para as comunidades de Manaus e construção de parcerias com órgãos públicos que trabalham com povos indígenas. Contudo, os mesmos não possuem dados quantitativos sobre as comunidades que atualmente trabalham com o turismo.

A empresa informou que atualmente no Amazonas há uma grande demanda de comunidades que trabalham com o turismo, contudo não se sabe quais de fato

trabalham como principais protagonistas das atividades, que possuem parcerias com agentes externos como: hotéis, agências e guias de turismo.

É importante enfatiza que embora a Amazonastur não seja responsável pela implementação do turismo nas comunidades, sua atuação tem sido falha quanto as informações que a mesma deveria ter, uma vez que entende-se que é de extrema importância identificar todas as comunidades indígenas que praticam turismo, para não apenas busca entender essa relação mais principalmente para fiscalizar e analisar como estão sendo praticadas e quais agentes estão envolvidos nessas práticas.

Fundação Estadual do Índio (FEI) é um órgão da administração indireta do Poder Executivo, tem como finalidade institucional de implementar a política de Etnodesenvolvimento do Estado, em parceria com outras instituições dos governos Federal, Estadual e Municipal, com as comunidades, organizações indígenas e entidades não-governamentais, com atividades voltadas ao desenvolvimento sustentável e à preservação de valores culturais e históricos pelos Povos Indígenas.

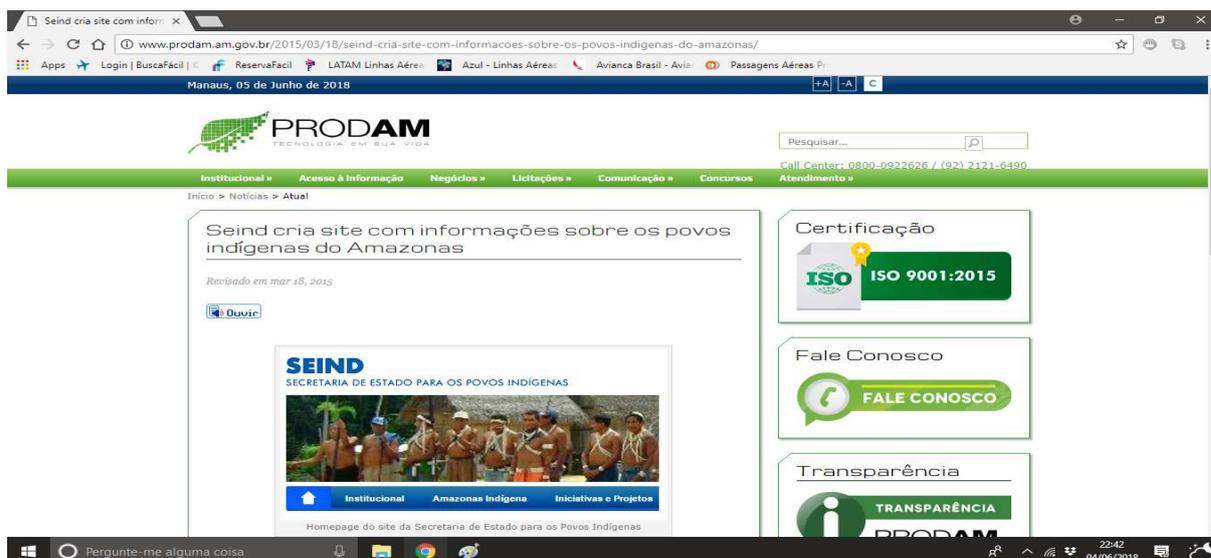
O site apresenta algumas informações sobre a instituição, e seus objetivos. Em destaque no site aparece projetos realizados com povos indígenas pelo estado, como eventos, reuniões entre outros. O site também apresenta uma opção para comunicação com os funcionários da empresa.

Embora o site esteja bem estruturado não é possível encontra informações sobre quantitativo das comunidades, bem como suas localizações e quais atividades turísticas elas estão realizando.

Secretaria de Estado para Povos Indígenas (SEIND) foi um órgão da administração direta do Poder Executivo do Governo do Estado do Amazonas e foi criada pela lei N 3.403, de 7 de julho de 2009, com a finalidade de formular, executar e implementar a política de etnodesenvolvimento sustentável e a preservação de valores culturais e históricos, definidos e aprovados pelo conselho Estadual de Povos Indígenas, essa secretaria foi extinta e no seu lugar foi criada a FEI.

A Seind foi um órgão vinculado ao do Processamento de Dados do Amazonas S/A (Proadam), no site do mesmo é possível ver a notícia da criação de um site da Seind que disponibilizaria os dados referente aos povos indígenas, contudo o link apresentado pelo site não é valido e não possível encontrar um site de informações da Seind.

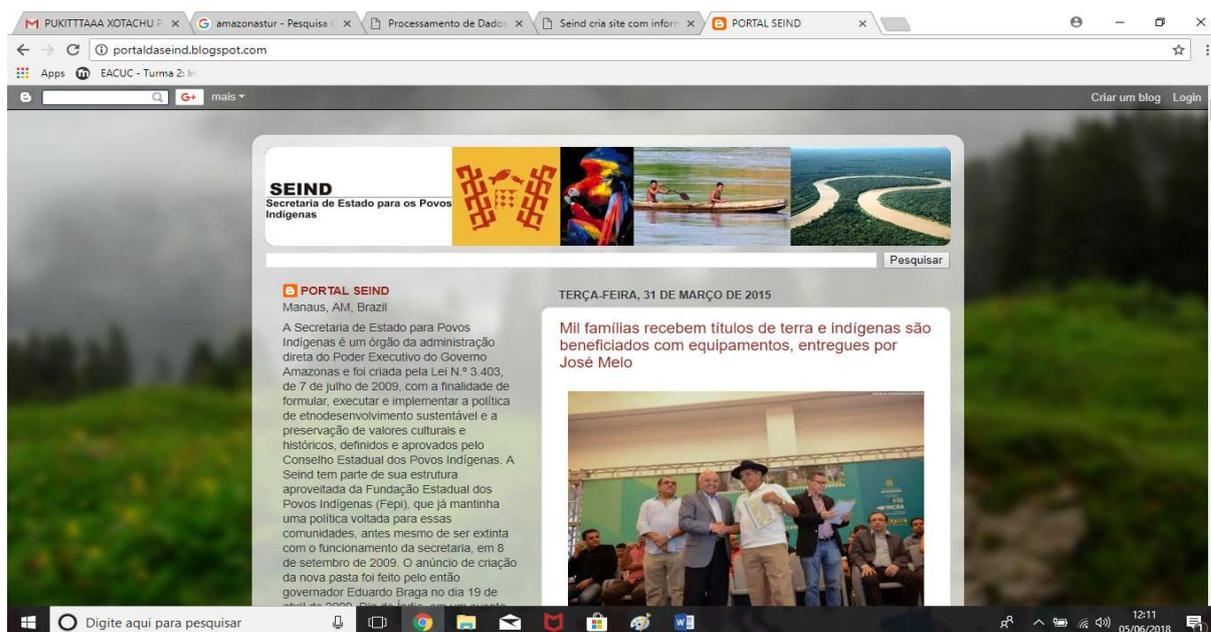
Figura 2: divulgação do site da seind: Prodam.



Fonte: prodam.am.gov.br

Foi possível identificar um blog que apresenta informações sobre alguns projetos do governo para os povos indígenas realizados pela Seind, como: investimentos, equipamentos e reuniões. Contudo os projetos divulgados no mesmo são do ano de 2015 não tendo informações de projetos dos últimos 3 anos, além não ter, informações quanto a localização, etnias e quantitativo das comunidades presente no Amazonas.

Figura 3: portalseind, blog.



Fonte:portalseind.blogspot.com

No geral os três sites das instituições mencionadas, apresentaram em sua estrutura projetos desenvolvidos com povos indígenas, não foi possível observar nos sites uma ênfase em relação ao turismo, sendo essas informais pouco abordadas, além da divulgação dos mesmos. Uma vez que se entende que o turismo pode ser uma fonte de renda sustentável para os povos indígenas, a divulgação poderia ocorrer através desses sites, pois eles podem e tem a oportunidade de ajudar essas comunidades com a divulgação do que realmente é oferecido pelas comunidades, além de possibilitar um melhor monitoramento sobre esses processos que estão ocorrendo, assim evitando alguns transtornos vividos pelos povos indígenas que decidem realizar o turismo.

Com relação as buscas feitas em dados bibliográficos (teses, dissertações, tcc e artigos científicos), verifica-se que a produção sobre Etnoturismo e Ecoturismo em terras indígenas no Brasil cresceu desde 2000 até hoje, destacando exemplos de grande sucesso de turismo em terras e comunidades indígenas, a exemplo dos indígenas Pataxós na Bahia, que já praticam essa atividade a mais de 20 anos.

Embora a região do Baixo Rio Negro seja emblemática para o estado do Amazonas, observou-se que produções científicas que tenham como temática o turismo em comunidades indígenas nessa região, ainda é pouco abordado, percebe-se que entre os anos de 2012 e 2017, anos de importância para os povos indígenas que obtiveram dois documentos importantes nesses últimos 5 anos, não verificou-se um aumento dessas produções na região do Baixo Rio Negro.

O que se destacou e que ainda está crescendo são as produções científicas sobre o Turismo em Comunidades Tradicionais, na qual os trabalhos mais encontrados no período de 2013 a 2016 é sobre as experiências de turismo em comunidades tradicionais, principalmente comunidades tradicionais existentes nas RDS da região do Baixo Rio Negro.

A tabela 1 traz dados gerais das 18 produções científicas analisadas no referido período, destacando na tabela informações básicas sobre as produções, para se entendesse melhor como foi organizado as análises feitas.

TABELA 1. PRODUÇÕES LEVANTADAS.

TIPO DE PRODUÇÃO	TÍTULO DO TRABALHO	LOCAL ONDE FOI REALIZADO O ESTUDO?	OBJETIVO DO TRABALHO	LOCAL DE PUBLICAÇÃO
<b>Dissertação</b>	Um estudo do turismo em comunidades indígenas no Amazonas.	Comunidades indígenas no município de Manaus-AM.	Interpretar as transformações sociais, econômicas e culturais devido às visitas de turistas nas comunidades indígenas.	Amazonas
<b>Livro</b>	Etnografia Sateré Mawé SAHU-APÉ, turismo e cultura.	Comunidade Indígena Sahu-Apé	Analisar as propostas e políticas para o desenvolvimento do turismo na Amazônia e junto aos povos indígenas da região, com foco na comunidade Sahu-Apé	Amazonas
<b>Artigo</b>	A experiência da comunidade indígena Sahu-Apé com o turismo.	Comunidade Indígena Sahu-Apé	Descrever a partição da história e trajetória a experiência da comunidade indígena Sahu-Apé com o turismo.	Ceará
<b>Artigo</b>	Turismo étnico indígena- meio de sustentabilidade para os índios urbanos da cidade de Manaus.	Cidade de Manaus	Evidenciar o turismo étnico com fonte de renda sustentável para indígenas que vivem na cidade de Manaus.	Amazonas
<b>Dissertação</b>	Espaço E Lugar: Uma Análise Fenomenológica Da Percepção Dos Moradores De Januari Frente À Dinâmica Do Turismo.	Município de Janauarí	Compreender a percepção dos moradores de Januari frente à dinâmica do turismo, assim como conhecer a paisagem do lugar, e compreender como os moradores o percebe e o representa.	Amazonas
<b>Dissertação</b>	Filhos Do Waraná: Territorialização Dos Sateré-Mawé Na Região Metropolitana De Manaus – Rmm	As comunidades I"apyrehyt, Waikiru, Inhãa-bé, Hywi (Manaus/AM), Sahu-Apé (Iranduba/AM) e Waraná (Manaquiri/AM).	Tem como objetivo geral compreender os processos de territorialização dos Sateré-Mawé na Região Metropolitana de Manaus	Amazonas
<b>Dissertação</b>	As transformações	Comunidade Bela	Trata-se de uma	Amazonas

	no trabalho e no modo de vida da comunidade bela vista do jaraqui – manaus – am.	Vista do Jaraqui	investigação sobre o processo de transformação e mudança do trabalho e no modo de vida, ocorridos na comunidade Bela Vista do Jaraqui – AM, em relação aos fatores intervenientes ocorridos na transição da comunidade rural para Parque Estadual a partir de 2005.	
<b>Dissertação</b>	Territorialidade e condições de vida dos indígenas cocama da comunidade nova esperança de manaus/am	Cidade de Manaus	Na pesquisa, enfatiza-se o usufruto dos direitos específicos aos povos indígenas, conquistados pelo movimento indígena, pelos membros da referida Comunidade	Amazonas
<b>Dissertação</b>	Reserva de desenvolvimento sustentável do tupé: avaliação de condições socioambientais da comunidade nossa senhora do livramento – manaus/am	Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé Manas – Am	O objetivo central deste trabalho é “Avaliar as condições socioambientais no modo de vida dos moradores da comunidade Nossa Senhora do Livramento da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé (RDS/Tupé), do município de Manaus/AM”, locus de pesquisa.	Amazonas
<b>Dissertação</b>	Análise socioeconômica do turismo de base comunitária no mosaico de áreas protegidas do baixo rio negro - am	Área rural do município de Manaus-AM	A pesquisa buscou subsidiar uma análise socioeconômica do TBC nas comunidades Colônia Central e Nova Esperança.	Amazonas
<b>Artigo</b>	Etnoturismo no baixo rio negro – amazonastur	Estado do Amazonas	Ordenar e desenvolver a atividade turística	Amazonas

			no território amazonense de acordo com a Instrução Normativa nº 03/2015/FUNAI.	
<b>Cartilha</b>	Amazônia: Baixo Rio Negro	Estado do Amazonas	Objetivar projetos de sustentabilidade, conservação ambiental e educação ambiental ao longo do Baixo Rio Negro	Amazonas
<b>Tese</b>	Turismo na Amazônia: elementos culturais, conflitos e imaginários envolvendo a região de Manaus	Cidade de Manaus – Am	O objetivo geral foi analisar como o crescimento do turismo na região de Manaus promove (ao mesmo tempo em que reflete) negociações envolvendo linhas de forças locais e globais	São Paulo
<b>Dissertação</b>	Avaliação dos resultados obtidos com o modelo de gestão adotado nas redes do tupé, manaus (am): comunidade nossa senhora do livramento	Área rural do município de Manaus- Am	Este projeto de pesquisa centralizou-se na busca da avaliação sobre os aspectos obtidos com o modelo de gestão adotado na Reserva de Desenvolvimento Sustentável – REDES do Tupé no Município de Manaus Estado do Amazonas	Amazonas
<b>Livro</b>	Gestão Ambiental e desautorizações dos moradores em RDS: Reserva de Desenvolvimento Sustentável - do Rio Negro-AM	Município de Novo Airão	Entender um novo comportamento dos moradores de comunidades tradicionais em RDS frente a uma nova orientação ambientalista.	Amazonas
<b>Artigo</b>	O mosaico do baixo rio negro: conservação da biodiversidade e sustentabilidade na Amazônia	Estado do Amazonas	Esta pesquisa teve por objetivo: compreender os mosaicos como instrumento de gestão ambiental	Brasília

			voltado para a conservação da biodiversidade e para a valorização da sociodiversidade	
<b>Dissertação</b>	Turismo e lazer em unidade de conservação: a experiência de São João do Tupé – redes do tupe/am	Área rural de Manaus	Investigar os aspectos socioculturais e ambientais presentes na atividade de turismo/lazer na localidade São João do Tupé – REDES do Tupé.	Amazonas
<b>Artigo</b>	Turismo de Base Comunitária No Amazonas: Aspectos Socioculturais	Estado do Amazonas	Analisar os aspectos socioculturais amazônicos que caracterizam as atividades turísticas do Turismo de Base Comunitária.	Amazonas

As produções científicas com maior local de estudo se situam na RDS do Tupé, que embora tenha sua maior parte constituída com comunidades tradicionais, algumas das comunidades possuem povos indígenas, que alguns anos se articulam para trabalharem com o turismo, por meio do próprio roteiro Tucorin ou até mesmo por meio de parceiras externas com guias de turismo, agências e hotéis que atuam na região do Baixo Rio Negro.

Como já enfatizado em páginas precedentes, o turismo pode ser uma alternativa viável e sustentável para os povos indígenas, contudo, essas atividades turísticas devem ocorrer com planejamento. No geral as produções analisadas também enfatizam esse ponto, sempre reforçando a necessidade das parcerias entre poder público, comunidades indígenas e setores privados, afinal é justamente em virtude da falta de políticas públicas que muitos impactos são observados.

Destaca-se aqui três temas de maior ênfase nas produções científicas analisadas (relacionadas na tabela 1), e que também estão presentes direta ou indiretamente nos sites das instituições, a saber: a territorialidade, a cidade de Manaus e artesanato.

Constatou-se que a maioria dos trabalhos analisados têm como foco central a territorialidade, que inclui as políticas públicas e as motivações pelas quais os indígenas tem migrado, constituindo as comunidades indígenas. A região do Baixo

Rio Negro é constituída por inúmeras comunidades indígenas, resultado da migração que ocorreu em grande escala na década de 1980 em busca de melhorias de vida. É por meio das lutas por demarcação de suas terras e territórios que muitos trabalhos foram pensados, explicando como ocorre essa relação das políticas públicas para conquista dos direitos indígenas.

Esses estudos também buscam enfatizar a forte presença indígena em Manaus, seja na zona rural ou urbana, sendo essa, a cidade do Amazonas mais enfatizada nos estudos analisados. É importante entender que o processo que leva os indígenas a virem para cidade está ligado as dificuldades que enfrentam para se manterem nas terras de origem, e o fato de estarem na capital do estado do Amazonas, lutando por seus direitos, está ligado ao processo de territorialização dessas comunidades.

O fato de estarem situados na capital do estado apresenta para esses indígenas vantagens e desvantagens, pois se manterem culturalmente fortalecidos se torna mais difícil por inúmeros fatores como: o preconceito que ainda sofrem, a dificuldade para conseguirem a demarcação de suas comunidades e o processo de reelaboração cultural que os mesmos passam constantemente.

Embora a identidade dos povos indígenas seja representada por inúmeros elementos, como a língua, pintura, hábitos entre outros, o artesanato é fortemente abordado nas produções científicas, enfatizando- o como um dos elementos mais presentes no cotidiano dos indígenas situados na cidade. O artesanato se mostra não apenas como elemento identitário para eles, mas como uma fonte de renda de forma sustentável, que os fortalece culturalmente mediante as mudanças que passam.

Mesmo que algumas comunidades indígenas não estejam envolvidas com o turismo de forma direta, praticando o Etnoturismo em suas comunidades, sua relação com o turismo ocorre de forma indireta quando os mesmos utilizam seu artesanato para vendas, ou para exposição em eventos culturais, conseguindo assim uma fonte de renda extra por meio dessa atividade.

No geral os estudos abordam esses três temas que estão altamente ligados quando falamos da região do Baixo Rio Negro, embora muitas comunidades indígenas já existam nessa região há anos, os conflitos ainda estão presentes na vida dos povos indígenas, e cada elemento que podem fortalecer suas lutas e cultural são aliados nessa trajetória que eles já possuem a muitos anos.

Independente de comunidades que já praticam o turismo de forma autônoma as lutas continuam.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O turismo em terras e comunidades indígenas no Brasil, é um tema abordado a mais de 30 anos. O Etnoturismo hoje é um segmento que está crescendo e também tem sido uma ferramenta importante para os povos indígenas, que utilizam desse segmento para conseguirem se fortalecer culturalmente, como fonte secundária de renda, tendo em vista que está cada vez mais difícil para se manter somente através da caça, pesca e agricultura, além de também utilizarem como uma ferramenta de luta por seus direitos.

No Amazonas há vários exemplos de diferentes adaptações do turismo em comunidades indígenas, destacando que no Alto Rio Negro se tem um número expressivo de indígenas que são protagonistas dessas atividades, beneficiando as comunidades, além de trabalharem a preservação ambiental.

A presente pesquisa teve como finalidade analisar as experiências de turismo em comunidades indígenas na região do Baixo Rio Negro por meio de dados secundários, entendendo que essa região é emblemática com toda sua riqueza natural além da diversidade cultural que possui. Destacando que os municípios do Amazonas que recebem uma grande demanda de turistas, incluindo Manaus que o maior receptor do estado.

Embora a região do Baixo Rio Negro possua uma grande influência no estado com sua importância ambiental e cultural, foi possível perceber que o turismo não é tão explorado nessa região, a maior quantidade de produções e trabalhos desenvolvidos na região é com relação a comunidades tradicionais, que são também as que mais recebem apoio através de instituições do terceiro setor. Um fator de grande destaque nas produções que foi analisado com relação aos povos indígenas, é sobre territorialidade, que se destacou com um dos grandes impasses dos indígenas que vivem nessa região.

Os órgãos estaduais e municipais que trabalham com o turismo também não possuem tantos dados com relação a povos indígenas e uma das falhas foi a falta de mapeamento das comunidades que trabalham com o turismo. A falta de projetos também em parcerias com ONGs que possam ajudar os indígenas que pretendem trabalhar com o turismo também é pouco explorada. Os casos de turismo com povos indígenas são na maioria das vezes iniciativa dos mesmos, que articulam suas

atividades e parcerias, contudo, muitas vezes a falta de amparo por meio de órgãos estaduais e municipais ocasiona problemas na prática dessas atividades, gerando problemas para as comunidades.

Embora no Brasil o estado do Amazonas possua a maior população indígena do país, as pesquisas referentes aos mesmos ainda não possuem acervo, o turismo já é uma prática presente na vida dos indígenas do Amazonas há mais de 20 anos e embora durante o período de 2012 e 2015 tenha ocorrido o lançamento de dois documentos importantes sobre o turismo em terras e comunidades, a pesquisa sobre essa atividade não teve tantos avanços. O número de produções aumentou, porém percebe-se que esse caso ainda não tem devida visibilidade, num âmbito geral, passando de órgãos estaduais e municipais até mesmo Instituições do terceiro setor e pesquisadores.

A preocupação com a falta de pesquisas sobre esse tema, se dá por entender que o turismo é uma atividade econômica que quando mal planejado acarreta sérias consequências para quem o faz, e foi possível perceber exemplos de comunidades envolvidas com o turismo que sofreram sérios impactos pelo mal planejamento, e também pela forma como foi implementada. Entende-se que quando bem planejado tendo o protagonismo dos povos indígenas que é o que estudado, essas atividades podem gerar impactos positivos para as comunidades.

Espero que essa pesquisa possa servir de incentivo para outras, destacando o quanto rico é estudar sobre povos indígenas, entendendo sua extrema importância para a cultura, principalmente no estado do Amazonas. Que as pesquisas sejam uma fonte de visibilidade para esses povos que há anos se articulam para manter sua cultura em meio a tantas mudanças que os cercam.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Carolina Azevedo. O Mosaico do Baixo Rio Negro: Conservação da Biodiversidade e sustentabilidade na Amazônia. UNB. Brasília, 2014.
- AMAZONASTUR. Enoturismo no Baixo Rio Negro. Amazonastur. Manaus, 2018.
- CHAVES, Paula Cristina Pereira Rodrigues. As transformações no trabalho e no modo de vida da comunidade Bela Vista do Jaraqui – Manaus – AM. UFAM. Manaus, 2016.
- CARDOZO, Poliana Fabíula. Considerações preliminares sobre produto turístico étnico. Instituto de Ensino Superior do Amapá. Brasil, 2006. Vol. 4.
- CELLARD, André. **A análise documental**. In: POUPART, Jean et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008 (Coleção Sociologia).
- CORBARIA, S.; BAHLD, M.; SOUZAC, S. Legislação indigenista e perspectivas para o turismo em terras e comunidades indígenas no Brasil. RTA, v.28. São Paulo, 2017.
- COSTA, Roseane Guimarães Cabral. Territorialidade e condições de vida dos indígenas Cocama da comunidade Nova Esperança de Manaus/AM. UFAM. Manaus, 2014.
- COUTINHO, Heloisa de Miranda. Desenvolvimento sustentável e impactos turísticos em comunidades indígenas no Brasil. CAD.Est.Pes.Tur.05.007.AO04. Curitiba, 2016.
- BARTHOLO, R. GRUBER, D.BURSZTYN, I. Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Letra e Imagem. Rio de Janeiro, 2008.
- BAVARESCO, A. MENEZES, M. Entendendo a PNGATI: Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas. Brasília: GIZ/Projeto GATI/Funai, 2014.
- BRASIL - MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA. **Manual Indígena de Ecoturismo**. Projeto GTC Amazônia. Brasília, 1997.
- BELOTA, Juliana Mitozo. NEKÁ MAHSÁ (GENTE-ESTRELA): Um Estudo de Vivências do Calendário Desâna no Tupé. UFAM. Manaus, 2012.
- BRASIL – MINISTÉRIO DO TURISMO. **Cadernos de Segmentação: Turismo Cultural –Orientações Básicas**. 3ª Edição. Brasília, 2010.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoConstituicao/anexo/CF.pdf>> Acesso: 19 de outubro 2017.

FARIA, Ivani Ferreira. Ecoturismo: etnodesenvolvimento e inclusão social no Amazonas. Passos, ed. 003. Manaus, 2005.

FEI – Fundação Estadual do Índio. Disponível em <<https://www.fei.am.gov.br>> Acesso em : 10 de maio de 2018.

FERNANDES, Cecília Pacheco. Etnoturismo e turismo indígena no Brasil: revisão bibliográfica. CONIC. São Paulo, 2014.

FERREIRA, Ana Lídia. **Espaço e Lugar**: uma análise fenomenológica da percepção dos moradores de Janauari frente a dinâmica do turismo. UFAM. Manaus, 2013.

FERREIRA, Anne Karolyne Fialho. CRUZ, Jocilene Gomes. SILVA, C. A experiência da comunidade Indígena SAHU-APÉ com o turismo.

FREITAS, Luiz Francisco Nogueira. FILHOS DO WARANÁ: Territorialidade dos Sateré-Mawé na região metropolitana de Manaus – RMM. UFAM. Manaus, 2014. Fundação Nacional do Índio- FUNAI. Conferência Nacional dos Povos Indígenas, em 12 a 19 de abril de 2006, Brasília - D.F. - Documento Final. Brasília: FUNAI/CGDTI, 2006.62p. Ilustr.

GAIOTTO, Maria Alice. Turismo étnico – conceitos e práticas: uma proposta para o cafundó, em Salto de Pirapora- SP. ANAP. São Paulo, 2008.

GARCIA, Maria das Graças. Avaliação dos resultados obtidos com o modelo de gestão adotado na rede do Tupé, Manaus (AM): Comunidade Nossa Senhora do Livramento. UFAM. Manaus, 2014.

GUIMARÃES, Rodrigo Gomes. Turismo em comunidades indígenas já é fato: quem se arrisca?. Rosana, v.1. São Paulo, 2006.

GRUNEWALD, Rodrigo de Azeredo. In: Turismo e etnicidade. Rio de Janeiro, 2003.

GERHARDT, T. SILVEIRA, D. Métodos de pesquisa. UFRGS. Rio Grande do Sul, 2009.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Os indígenas no Censo Demográfico 2010: primeiras considerações com base no quesito cor ou raça**. Rio de Janeiro, 2012 Disponível em:< [http://www.ibge.gov.br/indigenas/indigena\\_censo2010.pdf](http://www.ibge.gov.br/indigenas/indigena_censo2010.pdf) > Acesso em: 10 de maio de 2018.

Instituto Socioambiental. **Povos indígenas do Rio Negro**. Disponível em: <<https://pib.socioambiental.org/pt/povo/etnias-do-rio-negro/1523>> Acesso em: 19 de outubro 2017.

Instituto Socioambiental. **Mosaico do Baixo Rio Negro**. Disponível em <<https://uc.socioambiental.org/territ%C3%B3rio/depoimento-o-mosaico-do-baixo-rio-negro>> Acesso em: 19 de outubro 2017

Lira, Suzete Araújo. Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé: avaliação de condições socioambientais da comunidade Nossa Senhora do Livramento – Manaus/AM. UFAM. Manaus, 2014.

MANFREDO, Maria Teresa. **Turismo na Amazônia**: elementos culturais, conflitos e imaginários envolvendo a região de Manaus. UNICAMP. Campinas, 2017.

MARTINS, Heloisa Helena. Metodologia qualitativa de pesquisa. São Paulo, 2004.

Mosaico do Baixo Rio Negro. Disponível em: <[http://www.wikiparques.org/wiki/Mosaico\\_do\\_Baixo\\_do\\_Rio\\_Negro](http://www.wikiparques.org/wiki/Mosaico_do_Baixo_do_Rio_Negro)> Acesso em 22 de maio de 2018.

NOVO, Cristiane Barroncas Maciel Costa; CRUZ, Jocilene Gomes. Turismo comunitário: reflexões no contexto amazônico. Manaus: Edua, 2014.

PEIXOTO, S. ALBUQUERQUE, C. Turismo Etnico indígena- meio de sustentabilidade para índios urbanos da cidade de Manaus. Aboré, ed. 003. Manaus, 2007.

PORTO, Nailza Pereira. Análise socioeconômica do turismo de base comunitária no Mosaico de Áreas Protegidas do Baixo Rio Negro – AM. INPA. Manaus, 2014.

PROADAM: Tecnologia em sua vida. Disponível em < <https://www.prodam.am.gov.br>. Acesso em 20 de maio de 2018.

SANTOS, Luciano Cardenes. SAHU-APÉ e o Turismo em terras e comunidades indígenas. UFAM. Manaus, 2010.

SANTOS, Luciano Cardenes. **Etnografia Sateré Mawé**: Sahu-apé, turismo e cultura. FAPEAM, Valer. Manaus, 2015.

SILVA, Beatriz Gimima. VIII - Gestão ambiental e desautorizações dos moradores em RDS: reserva de desenvolvimento sustentável - do Rio Negro – AM. EDUEPB. Campinas, 2014.

SILVA, J. ALMEIDA, C. GUINDANI, J. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais. Rio Grande do Sul, 2009.

SILVA, Edinaldo Nelson dos Santos. **BioTupé**: meio físico, diversidade biológica e sociocultural. Manaus: INPA, 2005.

SOUZA, Agnaldo Corrêa. Um estudo do turismo em comunidades indígenas no Amazonas. UFAM. Manaus, 2013.

UFAM, Universidade do Estado do Amazonas. Biblioteca de dissertações e teses. Disponível em:< [https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/1/simple-search?query=turismo+e+povos+ind%C3%ADgenas+no+rio+negro&filter\\_field\\_1=datelssued&filter\\_type\\_1>equals&filter\\_value\\_1=%5B2013+TO+2018%5D&sort\\_by=score&order=desc&rpp=10&etal=0&start=10](https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/1/simple-search?query=turismo+e+povos+ind%C3%ADgenas+no+rio+negro&filter_field_1=datelssued&filter_type_1>equals&filter_value_1=%5B2013+TO+2018%5D&sort_by=score&order=desc&rpp=10&etal=0&start=10)>  
Acesso em: 20 de fevereiro de 2018.

UFAM, Universidade Federal do Amazonas. **Programa de Pós-Graduação em ciências do meio ambiente e sustentabilidade na Amazônia**. Disponível em:< <http://www.ppgcasa.ufam.edu.br/index.html>>  
Acesso em: 10 de maio de 2018.

VASCONCELOS, A. QUARESMA, H. Experiencias de turismo em áreas indígenas da Pan- Amazônia: Possibilidades e Perspectivas. ENAPEGS. Belém, 2013.